



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - TRABALHO INFANTIL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0050/14	DATA: 24/02/2014	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia	INÍCIO: 09h57min	TÉRMINO: 12h26min	PÁGINAS: 53

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ISA MARIA LELIS COSTA SIMÕES - Superintendente Regional do Trabalho e Emprego na Bahia. MARIA TERESA CALABRICH CAMPOS - Auditora Fiscal do Trabalho, Coordenadora do Projeto Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego da Bahia. VIRGINIA SENNA - Procuradora Regional do Ministério Público do Trabalho. ÁLVARO GOMES - Deputado Estadual. YULO OITICICA - Deputado Estadual.

SUMÁRIO
Debate sobre medidas de combate ao trabalho infantil e de proteção do trabalho do adolescente nas festividades de carnaval.

OBSERVAÇÕES
Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Há expressões ininteligíveis. Não houve expressa concessão da palavra a alguns oradores. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Bom dia a todos e todas. Estamos aqui à Mesa eu — a Deputada Federal Alice Portugal, do PCdoB da Bahia — e a Deputada Iara Bernardi, do PT de São Paulo, representando a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil e dar outras providências, conhecida como CPI do Trabalho Infantil.

Esta reunião se dá, na manhã desta segunda-feira pré-carnaval, em virtude de um requerimento que foi aprovado, por unanimidade, na CPI do Trabalho Infantil, que *“requer a realização de audiências públicas e possíveis diligências nas cidades de Recife e Olinda (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA) para ouvir as autoridades e os realizadores responsáveis pelas festividades de carnaval quanto às medidas de combate ao trabalho infantil e de proteção do trabalho do adolescente”*.

Esse requerimento foi aprovado semana passada, no Pleno da Comissão, com a seguinte justificção:

“O carnaval, a maior festa popular do Brasil, se aproxima e, com ele, a preocupação das autoridades e das entidades que atuam na proteção da criança e do adolescente com a participação desses jovens em atividades relacionadas a essa festividade no comércio ambulante e nos pequenos empreendimentos do ramo de alimentação, entre outras atividades.

Diante disso, entendemos que esta Comissão deva ouvir das autoridades e das entidades de proteção à infância e à juventude e dos organizadores responsáveis pelo evento quais medidas serão tomadas para coibir o trabalho de crianças e adolescentes em atividades relacionadas ao carnaval.

Nesse sentido, escolhemos as cidades que mais se destacam nessa festividade, para onde acorre a grande maioria dos foliões e dos turistas de outros países: Recife, Olinda, Rio de Janeiro e Salvador.

Sabe-se que é grande a participação de jovens abaixo de 18 anos de idade nas mais variadas atividades



ligadas a essa festa, a exemplo do comércio informal, porém ainda há inúmeras outras atividades nas quais estão inseridos esses jovens.

Segundo a organização Repórter Brasil:

‘A dificuldade encontrada por quem combate o trabalho infantil é sua invisibilidade. No carnaval, por exemplo, é possível contabilizar as crianças que estão nos circuitos — como vendedoras ambulantes e catadoras de material reciclável —, mas a organização da festa envolve diversas etapas não visíveis ao público, como a confecção de abadás e montagens de barracas, atividades não incluídas nos atuais estudos e levantamentos’.

Assim, deve-se, a qualquer custo, impedir que, no carnaval, crianças e adolescentes tenham sua mão de obra explorada ou possam, no exercício de atividades econômicas, sofrer violências físicas ou psicológicas.

Portanto, convocamos a participar das audiências, em Salvador: os representantes da Secretaria Municipal de Ordem Pública; da Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza; do Juizado da Infância e Juventude; do Ministério Público do Trabalho; da Superintendência Regional do Trabalho; da Associação de Vendedores Ambulantes de Salvador e Região Metropolitana (ASFAERP); da Central do Carnaval, empresa especializada na comercialização de abadás e camarotes para o carnaval de Salvador; a Presidenta da SALTUR (Empresa de Turismo S/A), da Prefeitura Municipal de Salvador.”

Vou me abster de ler os convidados em Recife e Olinda e no Rio de Janeiro, audiência que acontecerá no dia de amanhã.



Assinam esse requerimento, que foi aprovado por unanimidade, a que nós estamos dando vigência em Salvador: a Deputada Luciana Santos, Relatora da CPI, Deputada de Pernambuco, e a Deputada do PSB do Rio Grande do Norte, Sra. Sandra Rosado, Presidenta da Comissão.

Enfim, como única Deputada mulher da Bahia, a mim foi solicitado que fizesse a representação da CPI. Por uma questão numérica, do tamanho do meu partido, eu não faço parte da CPI. É exatamente a Deputada Relatora, Luciana Santos, que nos representa nesta Comissão. E, no entanto, eu, por compromisso, identidade com a matéria...

Inclusive, aqui nesta Casa fui fundadora da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a presidi por duas vezes. E, em Brasília, fui também, assim como a Deputada Iara Bernardi, coordenadora da bancada feminina no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados. Então, me senti responsável, mas só soube dessa tarefa na última sexta-feira. Então, nós não tivemos participação na preparação.

Esses nomes foram todos convidados, mas atenderam ao convite para esta manhã, e eu já chamo para a Mesa, a Sra. Teresa Calabrich, que é Coordenadora do Projeto Combate ao Trabalho Infantil, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, e Presidente do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente — FETIPA.

Eu quero agradecer, penhoradamente, à Sra. Teresa por essa presença, e também convidar imediatamente para a Mesa, pedindo desculpas em relação ao horário e a essa natureza incompleta da Comissão, na Bahia, a Dra. Isa Maria Lelis Costa Simões, que é Superintendente Regional do Trabalho, na Bahia, e é também um ícone, assim como Teresa Calabrich, da luta pela erradicação do trabalho infantil na Bahia. Ambas são jovens veteranas nesta batalha do trabalho infantil, na Bahia.

Temos outras autoridades que trabalham com a matéria. E estamos, portanto, com a ideia, assim combinado entre mim e a Deputada Iara Bernardi, de ouvir um pouco o relato, a comparação entre esses anos de intensa batalha pela erradicação do trabalho infantil, a comparação evolutiva dessa circunstância na Bahia, mas ao mesmo tempo a identificação dos problemas atuais.



Como podemos ver, não há na Mesa a representação dos Conselhos Tutelares, da Delegacia e dos organismos municipais, o que, de fato, seria fundamental.

Nós temos aqui dois organismos estaduais. A Dra. Teresa acumula a Coordenação do Combate ao Trabalho Infantil, da Superintendência do Trabalho, e temos um trabalho não governamental, que é o Fórum Estadual.

De fato, são duas representações estaduais. E a Dra. Isa é uma representante do Governo Federal, porque dirige uma Superintendência — a Superintendência Regional do Trabalho — ligada... É um braço do Ministério do Trabalho no Estado. É uma autoridade extremamente respeitada nesse sentido, que tem dado contribuições nacionais para o trabalho — o trabalho e o emprego —, para a discussão acerca do trabalho da mulher, das convenções coletivas dos trabalhadores, pessoa muito afeita à relação de mediação entre sindicatos e patrões. Então, a Dra. Isa, é, de fato, uma autoridade, lara, neste assunto.

Quero deixar registrado na nossa egrégia Assembleia Legislativa nosso agradecimento por todo o apoio que ela nos está dando; agradecer à sua Taquigrafia, ao seu Cerimonial e ao seu setor de imprensa, que nos está dando todo esse apoio. Quero dizer que estamos recebendo hoje a Deputada Iara Bernardi, membro da Comissão. Deputada Iara Bernardi, do PT paulista, da cidade de Sorocaba, é uma das fundadoras da bancada feminina no Congresso Nacional, autora da hoje lei contra o assédio sexual. Ela é autora da lei. A Deputada Iara Bernardi é também autora, neste momento, da garantia da assistência à mulher no Sistema Único de Saúde, em relação à questão do câncer de mama, da garantia da assistência integral. Portanto, a Iara é uma mulher que tem uma história no movimento feminista brasileiro. Assim como eu, participou diretamente do processo de redação da Lei Maria da Penha, no Congresso Nacional, e é uma das mais experientes feministas e batalhadoras nos debates, em relação aos direitos da mulher. Para nós é uma honra ter Iara. Infelizmente, não podemos montar aqui uma assembleia que estivesse à altura da sua presença em nosso Estado. Chega às vésperas do carnaval, e numa segunda-feira de chuva.

V.Exa. quer fazer considerações iniciais, ou ouvi-las logo? (*Pausa.*)



Vou passar, então, para a Deputada Iara Bernardi. Logo a seguir, faremos a ouvida das duas e vamos incorporar ao Relatório da Comissão, na busca de que isso possa contribuir com os seus resultados, que são, objetivamente, centrados na erradicação do trabalho infantil, na modernização da legislação brasileira, nesse sentido.

Deputada Iara Bernardi com a palavra.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Bom dia a todos.

Queria agradecer aos convidados a presença e à Deputada Alice, as palavras.

O ano legislativo começou agora em fevereiro. Nós tínhamos a CPI já instalada no ano passado, e funcionando. Talvez devêssemos fazer esse debate com relação ao trabalho infantil e ao período do carnaval no ano passado, mas não foi possível. E as Deputadas e os Deputados da Comissão discutiram que, de qualquer maneira, deveria ser feita essa sensibilização nesse período do carnaval, e só foram possíveis as agendas para agora.

Vai acontecer no Rio de Janeiro amanhã, essa audiência, da mesma forma, e em Recife e Olinda também. Os Deputados estão acompanhando nos seus espaços, e eu sei que em Salvador o processo é completamente diferenciado porque o carnaval já vem de antes. E os Deputados resolveram que as audiências deveriam acontecer da mesma forma.

Inclusive levaremos o relato, tudo está sendo gravado. E talvez vamos convidar a Teresa e a Isa para que estejam presentes na nossa CPI, até para mostrar os resultados do que se passou neste carnaval. Segundo a Deputada Alice me relatava, o quadro mudou muito nos últimos anos com relação à exploração do trabalho infantil. Nós fomos muito atentos também em São Paulo com relação a isso. Queremos levar, se possível, um quadro mais positivo do nosso País com relação a isso.

Então vamos dar continuidade e ouvir a companheira que nos prestigiou hoje aqui com a sua experiência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Vamos fazer um bate-bola? (*Pausa.*)



Então com a palavra a Dra. Isa Maria Lelis Costa Simões, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego na Bahia.

A SRA. ISA MARIA LELIS COSTA SIMÕES - Bom dia à Deputada Alice Portugal, que já conheço há muitos anos, até antes de ser Deputada; a todos aqui presentes.

Queria agradecer essa oportunidade que nós estamos tendo de debater um assunto que é de suma importância para todo o País e que nos sensibiliza a todos, que é a erradicação do trabalho infantil, porque estamos falando aqui do futuro do País, que são as crianças e os jovens.

Eu acho que a Alice ressaltou uma coisa muito importante: o Estado da Bahia, a Superintendência da Bahia foi a primeira nacionalmente — e estou colocando isso porque participei desse grupo de auditores fiscais — que iniciou antes de 1992 a discussão sobre a inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Esse depoimento eu tenho que fazer, porque nessa época as próprias instituições, Estaduais e Municipais, utilizavam a mão de obra infantil sem essa consciência, achando que era melhor que a criança estivesse no trabalho do que na rua. Utilizavam nas próprias ONGs, nas instituições das Prefeituras — tinha o guarda-mirim — nos supermercados, através das voluntárias sociais. Então essa é uma história que acontecia com uma naturalidade enorme.

Inclusive nós fizemos uma pesquisa junto à universidade. Éramos oito colegas. E foi publicado pela OIT um livro com relação a essa pesquisa. Na época nós tivemos uma reação enorme da imprensa. Eu lembro que durante 8 dias a imprensa falou que a nossa ação iria fazer com que crianças e adolescentes ficassem marginais. Então foi muita pressão na época, e nós fizemos essa pesquisa pensando que teríamos que nos respaldar com dados concretos a respeito. Isso com relação ao trabalho formal, que é a nossa função.

E hoje ao que nós assistimos, depois de 10 anos atuando no carnaval com relação aos blocos, aos cordeiros também, outra experiência nossa... Nós temos hoje um TAC — Termo de Ajustamento de Conduta — que estabeleceu toda a relação de trabalho dos cordeiros. E até Alice declarava aqui que ela participou da ação de formação dessa associação de cordeiros, que hoje tem tentado se transformar naquilo que todo mundo chama de sindicato dos cordeiros.



Neste Termo de Ajuste de Conduta, o TAC, fica estabelecida, em uma das cláusulas, a proibição do trabalho infantil de mulheres grávidas — é uma das cláusulas — e do trabalho a maiores de 60 anos.

Nós tínhamos muitos jovens trabalhando. E, pelo que nós temos acompanhado a cada ano, hoje não temos quase nada. É difícil dizer, mas eu acho que 99% dos blocos tem um maior cuidado nessa contratação de adolescentes para o trabalho.

Eu acho que Teresa vai complementar, porque é uma pessoa que tem vivido. Eu estou superintendente há 4 anos, gostaria de dizer isso, mas eu tenho 30 anos como servidora pública e auditora fiscal do trabalho, trabalhando também na área de mediação coletiva. Este tema, porém, sempre permeou toda a equipe da Superintendência e com o empenho de pouquíssimas pessoas, porque nós somos pouquíssimos auditores. Nós somos 149, hoje, para um Estado de 417 Municípios. Mesmo assim, nós desenvolvemos, interiorizamos, neste período, as ações da fiscalização do trabalho formal. E fazemos parte de uma grande articulação com todos os outros órgãos. O papel é mais do Estado e do Município, com relação ao trabalho informal, mas este Fórum é um momento de articulação. E, no ano passado, inclusive, fizemos um vídeo em parceria com a OIT, com a finalidade de sensibilizar. Distribuímos para todos os Conselhos Tutelares, para todas as superintendências do Brasil um vídeo que é uma palestra de um médico do trabalho nosso, que hoje já se aposentou, sobre os malefícios físicos e psicológicos do trabalho infantil. A finalidade é sensibilizar todos. Essa divulgação foi feita para que nós pudéssemos sonhar que, em 2015, nós teremos as piores formas de trabalho infantil erradicadas e, em 2020, a erradicação total.

Muito obrigada. Depois, no debate, eu me coloco à disposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Muito obrigada, Dra. Isa.
(*Palmas.*)

Concedo a palavra à Dra. Teresa.

A SRA. MARIA TERESA CALABRICH CAMPOS - Bom dia a todos.

Eu sou Auditora Fiscal do Trabalho desde 1995. Estou na coordenação do Projeto Combate ao Trabalho Infantil desde 2009. Já fiquei à frente da Presidência



do FETIPA, nos anos 2011 e 2012. E retornei agora, em 2014; voltei a assumir a Presidência do Fórum, desde janeiro.

Eu vou começar a minha fala, dando um panorama do trabalho infantil e da atuação da Superintendência. Posteriormente, vou falar do Fórum, já que eu estou aqui numa situação meio ambígua — não é nem ambígua, estou representando duas instâncias.

Como auditora fiscal do trabalho e membro da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e do Ministério do Trabalho e Emprego, nós atuamos, atualmente, por meio de projetos. Um dos projetos é o Projeto de Combate ao Trabalho Infantil.

Anualmente, a gente tem um planejamento de ações baseado num diagnóstico que é feito com base em dados do IBGE. Nós utilizamos para o nosso diagnóstico e a nossa área de atuação uma das fontes, a pesquisa do IBGE, ou Censo ou PNAD, que é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Essa pesquisa é realizada anualmente pelo IBGE; e o Censo, a cada 10 anos.

Além disso, nós também nos valem das denúncias que recebemos e de análises da situação do trabalho infantil que nós fazemos por Município.

Então, com base nesses três aspectos e considerando as nossas demandas, nós fazemos um planejamento anual. Esse planejamento não se restringe à capital. Nós atuamos em todo o Estado, embora sejamos muito poucos, como enfatizou Dra. Isa. Realmente é um esforço maior a cada dia. A cada dia que passa, o nosso esforço é, sinceramente, assustador, porque nós temos uma demanda muito grande e temos um quadro muito reduzido para fazer frente a essa demanda, e não só em termos de trabalho infantil. O Ministério do Trabalho e Emprego, as áreas de atuação do auditor fiscal do trabalho têm realmente ampliado, e nós não temos (*ininteligível*) para ver essa redução do trabalho infantil.

O fenômeno trabalho infantil decorre de várias causas e é multifacetado, na verdade. Nós temos a questão social, que é uma questão da qual a gente não pode se esquecer — o trabalho infantil tem uma relação muito próxima com a pobreza e com a exclusão social. Nós temos a questão da falta de serviços. Embora os serviços venham aumentando, ainda há carência de serviços na área de educação e na área de políticas de assistência, na área de políticas de geração de renda e de



qualificação profissional dessas famílias. E nós temos o fator cultural, porque, infelizmente, ainda existem pessoas que acham que o trabalho de crianças e adolescentes é uma resposta à marginalidade, à criminalidade, é uma forma de você evitar que essa criança e que esse adolescente fiquem excluídos da sociedade, quando nós sabemos que não.

Uma criança e um adolescente inseridos no mundo do trabalho precocemente ficam afastados da escola e, por consequência, ficam afastados de se qualificar profissionalmente e de poder vencer a barreira da pobreza na qual eles se encontram, na situação de pobreza e de vulnerabilidade em que eles se encontram.

Então, dentro desse ambiente, a fiscalização do trabalho atua de que maneira? Atua realizando ações fiscais de combate ao trabalho infantil, preferencialmente onde seja identificada a relação de emprego, a subordinação. O que eu estou querendo dizer com isso? Preferencialmente onde o explorador da mão de obra infanto-juvenil não seja membro da família daquela criança ou daquele adolescente.

E por que isso? Porque o auditor do trabalho é o único que pode lavrar um auto de infração nessa situação. E não se lavra auto de infração em regime de economia familiar, em exploração de mão de obra infanto-juvenil efetuada por pai ou mãe, porque, aí, as políticas têm que ser outras. Eu não vou autuar um pai que explora a mão de obra do seu filho, eu tenho é que dar apoio àquela família para que aquele pai não precise explorar a mão de obra de seu filho e possa vencer a barreira da pobreza.

Então, por conta disso, e no sentido de otimizar os recursos que nós temos, a gente direciona todo o nosso esforço a essa área em que há uma relação de subordinação, uma relação de emprego. Dentro desse contexto, nós realizamos, em 2012, cerca de 800 ações e, em 2013, cerca de 650 ações.

Graças a Deus, a cada ano, a gente consegue afastar menos crianças, e tem que ser assim realmente. O número de ações tem que ser inversamente proporcional à quantidade de crianças afastadas, porque isso quer dizer que nós estamos conseguindo coibir, naquele setor da economia, a utilização da mão de obra infanto-juvenil. Se nós encontrássemos mais crianças, nós poderíamos até dizer que o trabalho da Auditoria Fiscal do Trabalho estava sendo inócuo.



Bom, então, no que se refere ao trabalho de fiscalização, nós, quando encontramos uma criança e um adolescente em situação de trabalho, nós temos uma instrução normativa que regulamenta a atuação do auditor quando da fiscalização do trabalho infantil. Essa instrução é a Instrução 102, de 2009.

A instrução determina que seja emitido um termo de afastamento de trabalho determinando o afastamento daquela criança e daquele adolescente da situação do trabalho, de imediato, e nós notificamos aquele empregador para que ele faça o pagamento da indenização correspondente ao período trabalhado por aquela criança ou por aquele adolescente. E também lavramos os autos de infração cabíveis.

Além disso, a Superintendência tem inovado no sentido de tentar direcionar aquele adolescente — porque com criança a gente não pode fazer isso — a partir de 14 anos que esteja trabalhando, ou a partir dos 16 anos, que esteja trabalhando em uma atividade não permitida para a aprendizagem, para ser inserido na aprendizagem.

Aprendizagem: eu vou explicar a todos. Toda empresa com sete ou mais empregados tem obrigação de contratar de 5% a 15% do seu quadro funcional de aprendizes. E a aprendizagem surge no Brasil para qualificar a mão de obra, voltada principalmente, quando ela surgiu, para o setor da indústria. A primeira instituição a realizar aprendizagem no Brasil foi o SENAI. Hoje, em dia, nós temos aprendizagem sendo realizada por todas as instituições do Sistema S e também por entidades sem fins lucrativos. Então, no sentido de possibilitar a esse adolescente uma qualificação e que ele possa ser inserido no mercado de trabalho com todas as garantias legais e de uma forma regular, a gente tenta direcionar o adolescente afastado para o serviço de aprendizagem.

Após a fiscalização, nós encaminhamos relatórios de ações fiscais para diversas instâncias: Prefeitura Municipal do Município no qual aquela criança ou aquele adolescente foi encontrado em situação de trabalho; Governo do Estado; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Estadual; e Conselho Tutelar do Município ou Conselho Municipal dos Direitos da Criança.

E por que a gente faz isso? Porque, como eu disse anteriormente, não se combate trabalho infantil apenas com fiscalização. A fiscalização é só um dos



remédios, mas existem outros remédios e tem que ter todos esses elementos atuando de forma articulada, para que se possa realmente alterar a situação daquela criança, daquele adolescente.

Então, a Prefeitura Municipal vai tomar ciência de que aquele adolescente ou aquela criança está em uma situação irregular e vai entrar em contato com a família para verificar se ela está inscrita, por exemplo, no Bolsa Família, no CADÚNICO ou em algum programa do Governo, desenvolvido pelo Município, de forma a tirar aquela família da situação de vulnerabilidade social.

O Governo do Estado... Infelizmente, o PETI, que é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que foi substituído pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do MDS, é um programa de adesão. Isso quer dizer o seguinte: a Prefeitura faz a adesão caso deseje; não é um programa obrigatório. Ela pode ter o Bolsa Família, mas ela pode não ter os Serviços de Convivência que teria que ter, voltados para a criança encontrada em situação de vulnerabilidade.

Então, nós informamos à Secretaria de Combate à Pobreza do Estado para que essa Secretaria entre em contato com a Prefeitura e faça um convite a essa adesão, ou que solicite a essa Prefeitura que tome as medidas cabíveis, já que há recurso do Governo do Estado sendo direcionado para aquela Prefeitura, para a adoção dessas medidas.

Encaminhamos para o Ministério Público do Trabalho — a Dra. Virginia, que está aqui, recebe vários relatórios desses — porque o Ministério Público do Trabalho tem...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Dra. Teresa, interrompendo-a, porque a senhora fez a citação, eu quero, de imediato, convidar a nossa querida Dra. Virginia Senna, representante da Procuradoria Regional do Trabalho, que é Procuradora do Ministério Público do Trabalho, para que esteja conosco à Mesa. Ela é uma das convidadas.

O Ministério Público do Trabalho é parceiro de primeira hora nesta luta pela erradicação do trabalho infantil. E esta, Dra. Virginia, é uma representação da CPI que vige no Congresso Nacional com a intenção de modernizar a legislação e de tomar medidas contemporâneas para auxiliar a melhora dos índices de erradicação. Então, resolveu fazer audiências pré-carnaval em Olinda, Recife, Rio de Janeiro e



Salvador. O cálculo, na nossa compreensão, não foi muito bem feito, porque talvez essas outras cidades — e os pernambucanos acham que têm a maior festa — não têm a dimensão do que significa uma segunda-feira da semana de carnaval em Salvador, em relação a engarrafamentos e transtornos. Tanto é que nós não temos uma representação municipal. De fato, estão preparando a festa, mas é realmente surpreendente que ninguém da Prefeitura Municipal tenha podido vir a esta audição, que de fato é uma audição.

A Deputada Iara Bernardi, quero lhe apresentar, é membro da CPI, Deputada Federal do PT de São Paulo, uma pessoa muito experiente na luta em defesa dos direitos da mulher, da criança e do adolescente. Ela vem representando a CPI, e eu fui solicitada, pinçada pela CPI para comandar aqui na Bahia esta audiência, porque eu não sou membro da CPI. Meu partido tem apenas uma pessoa, a Deputada Luciana Santos, que é a titular da Comissão — eu sou suplente.

Então, Dra. Virginia, eu agradeço muito a sua vinda. Estamos ouvindo a Dra. Teresa, que está nos dando dados espetaculares. A Dra. Isa já fez a sua fala e logo passaremos à senhora. Será uma reunião rápida, apenas para ouvir a experiência de vocês. Depois podemos até marcar uma reunião efetiva da CPI, na sua completude, aqui em Salvador.

Retorno, pedindo desculpas e agradecendo à Dra. Teresa, para que continue a sua fala, por favor.

A SRA. MARIA TERESA CALABRICH CAMPOS - Como eu estava dizendo, nós encaminhamos para o Ministério Público do Trabalho porque ele tem como atuar no que se refere ao empregador, ao explorador da mão de obra infantojuvenil, por meio de assinatura de Termo de Ajuste de Conduta e até de ação civil pública, se for o caso. E também ao Ministério Público do Estado, para que ele atue no que se refere àquela família, tanto o Ministério Público do Estado quanto o Conselho Tutelar, que é o primeiro e é um parceiro importantíssimo nessa luta, já que ele está lá na ponta, faz parte até daquela comunidade, para que atue junto à família.

Por que é importante dizer isso? Para a gente ter a dimensão dos desdobramentos de uma fiscalização de combate ao trabalho infantil realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Em algumas situações, realmente é o ponto, é o



start, é o primeiro gatilho que se dispara para se identificar um foco de trabalho infantil e para se adotar as providências cabíveis.

Além disso, a Superintendência do Ministério do Trabalho e Emprego atua nos campos de articulação e conscientização. E como a gente faz isso? A gente faz isso por meio de palestras, seminários e participação em vários grupos, em várias instâncias, no Estado. Por exemplo, a Superintendência participa atualmente do Pacto Nacional Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido Baiano. Este Pacto tem como objetivo direcionar esforços para a área do Semiárido, porque é a área mais sofrida do Estado, e nós também levamos em conta essa nossa participação quando selecionamos os Municípios a serem fiscalizados. Um dos requisitos é que também ele faça parte dessa região. Não é uma coisa tão difícil porque, infelizmente, a Bahia tem mais de 200 Municípios na região do Semiárido. Então, não é uma seleção tão impossível.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA TERESA CALABRICH CAMPOS - Exatamente. Mais da metade, porque são 417 Municípios e cerca de 220 deles, se eu não estiver errada, fazem parte da região do Semiárido. E isso coincide com o fato de serem Municípios mais carentes, Municípios com IDH baixo, Municípios realmente com a população em situação de vulnerabilidade social.

Fazemos parte também do Comitê de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, criado no ano passado com o objetivo de traçar estratégias de como essas instituições deveriam atuar nos grandes eventos, inclusive o carnaval. Desde 2012 nós estamos trabalhando nisso, e nossa primeira experiência de atuação foi na época da Copa das Confederações. Esse Comitê foi referência para o Comitê Nacional. Até como um retorno disso, o lançamento da campanha da Secretaria de Direitos Humanos, Proteja nossas Crianças, foi feito aqui, na Bahia — e o que nós desenhamos aqui serviu de referência para outros comitês.

Atuamos nessa parte de articulação, atuando nessas instâncias, e na parte de conscientização, por meio de produtos que a gente desenvolve. O último produto desenvolvido pela Superintendência, como a Dra. Isa pontuou, foi o DVD *O Impacto do Trabalho Precoce na Saúde de Crianças e Adolescentes*. É um DVD muito bom. Eu tenho orgulho do trabalho que faço e tenho orgulho realmente de dizer que



participei da organização desse DVD, que apresenta palestra do Dr. Gerson Estrela, pessoa que realmente... Todo mundo pedia a palestra de Gerson, e Gerson estava em vias de se aposentar. Então, pra gente conseguir congelar a palestra de Gerson, para não perdê-la — como a gente perde muitas coisas quando pessoas que às vezes fazem a diferença se aposentam —, a gente conseguiu fazer esse DVD com o apoio da Organização Internacional do Trabalho, que já é parceira nossa desde outras ações. Então, essa é a atuação da Superintendência.

No que se refere ao trabalho infantil no Estado, como eu já disse, eu acho que tem melhorado muito. Quanto ao número de crianças em situação de trabalho, de 2000 para 2010 nós tivemos uma redução de 14%, segundo o Censo, e nós temos realmente melhorado o trabalho de articulação dos órgãos.

Acho que o FETIPA tem um papel importantíssimo, porque dentro do FETIPA nós temos várias representações do Município, do Governo do Estado, da sociedade civil organizada, de sindicatos, de empregadores e de órgãos do Governo Federal. Isso faz com que as pessoas se conheçam, se familiarizem e consigam trabalhar de forma mais articulada.

O FETIPA nasceu em 2003, passou um período descansando um pouco, mas retornou com todo gás em 2009, 2010, e a gente tem realmente conseguido fazer algumas ações. Fizemos a Caravana do Nordeste, cujo encerramento foi aqui na Bahia. A Caravana do Nordeste foi uma iniciativa do Fórum Nacional. Percorremos o Nordeste todo e tivemos o encerramento da Caravana aqui.

Fazemos parte de alguns esforços do Governo do Estado, como as Caravanas de Combate ao Trabalho Infantil. Já participamos de três das quatro caravanas realizadas. O FETIPA sempre está presente e a Superintendência também sempre está presente.

No que se refere ao carnaval, desde 2010 nós temos atuado solicitando providências ao Governo Estadual e ao Governo Municipal quanto ao combate ao trabalho infantil. Fiquei feliz porque, neste ano, verifiquei que algumas das medidas adotadas foram solicitações efetuadas pelo FETIPA em 2012, por exemplo.

Participamos também de algumas audiências públicas, inclusive aqui nesta Casa. O Deputado Yulo participou junto com o Fórum. Foi ele, inclusive, quem



promoveu essa audiência de combate ao trabalho infantil no âmbito da Caravana do Nordeste.

Fazemos algumas ações, como o FETIPA Itinerante. Qual é a intenção do FETIPA Itinerante? É tentar popularizar o Fórum, chamar a sociedade civil para se somar a essa campanha e criar fóruns municipais ou intermunicipais, porque a sociedade civil realmente tem que se engajar no combate ao trabalho infantil. Sem a participação da sociedade civil, a gente fica como se houvesse uma barragem: as coisas não fluem como deveriam fluir. Com a sociedade civil do nosso lado, a coisa anda mais rapidamente.

No que se refere a carnaval, nós temos — e ainda continuamos a ter — muitas crianças em situação de trabalho, mas é bom que se diga que 99% dessas crianças que ainda estão em situação de trabalho durante o carnaval atuam no setor informal da economia, ou sozinhas ou com seus pais. A exceção é a criança ou o adolescente que atua em algum estabelecimento formal. Eu ousar dizer essa situação é realmente raríssima. Nós já fizemos várias ações fiscais de combate ao trabalho infantil em carnavais anteriores, mas verificamos que esse não é o foco. O foco da exploração da mão de obra infanto-juvenil não é o estabelecimento legalmente constituído — não são os bares, não são os restaurantes, não são os camarotes, não são os hotéis, não são as pousadas. O foco do trabalho infantil é o trabalho informal, o trabalho de venda ambulante de alimentos e bebidas e o trabalho de coleta de material reciclável. É bom que se diga que nessa área de material reciclável nós temos tido uma redução significativa, inclusive por conta do complexo de cooperativas que existem hoje no Estado e que trabalham nessa área de atuação, como a CAMAPET. Eles fazem um trabalho de conscientização muito grande com os catadores avulsos de material de resíduo sólido, como chamam hoje. Então, nós temos tido uma redução grande.

A SRA. ISA MARIA LELIS COSTA SIMÕES - Com relação a essa questão, nós temos um setor de Economia Solidária, na Superintendência, e acompanhamos também todo esse trabalho. Até nesta semana a Teresa teve, na CAMAPET, uma discussão com foco específico sobre a erradicação do trabalho infantil no carnaval.

A SRA. MARIA TERESA CALABRICH CAMPOS - Então, sabendo disso, a atuação da Superintendência, no que se refere à fiscalização de combate ao



trabalho infantil no carnaval, ocorre no decorrer do ano por meio da participação no Comitê de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, por meio de solicitações de medidas, porque nós entendemos que, se não organizarmos, por exemplo, os vendedores ambulantes...

Vou dar como exemplo uma medida que não existia e que passou a existir por pressão da Superintendência, por pressão do FETIPA. Não existia nenhuma capacitação desses vendedores ambulantes no que se refere ao trabalho infantil, aos malefícios do trabalho infantil e à proibição legal de utilização de mão de obra de crianças e adolescentes. Já de 2 anos para cá existe a capacitação do vendedor ambulante nesse sentido. Quando ele faz o cadastramento na Prefeitura Municipal, ele é informado de que ele não pode utilizar mão de obra de crianças e adolescentes.

Este ano a coisa está mais organizada ainda. Foi entregue ao Prof. Edvaldo Brito uma carta com várias considerações. Quando o Prof. Edvaldo Brito estava à frente da coordenação do carnaval, uma das medidas que nós solicitamos foi a padronização dos vendedores ambulantes, por meio da uniformização desses vendedores, por meio da uniformização dos pontos de venda. E conseguimos isso. Para que isso? Existe, em Salvador, o cadastramento de vendedores, mas, paralelamente, nós temos também os vendedores não cadastrados, os vendedores que entram no circuito do carnaval e que, embora não tenham alvará, atuam ali. Só que, com a uniformização, fica muito mais fácil para a Secretaria de Serviços Públicos identificar o ambulante que não é cadastrado. O ambulante que não é cadastrado, que não tem a permissão para funcionar não vai estar devidamente uniformizado. Aí a Secretaria de Serviços Públicos pode atuar coibindo aquela venda, porque ele não tem permissão para atuar. E, normalmente, são esses vendedores que trazem seus filhos, suas famílias para trabalhar no carnaval.

Esse é um exemplo. Outro exemplo é a Lei Municipal nº 7.779, de 2009, que também foi conquista de pressão do MPE, do MPT, da Superintendência, do FETIPA. O que é essa Lei? Essa Lei oferece parâmetros mínimos e penalidades administrativas para quem explora a mão de obra de crianças e adolescentes, penalidades que vão de multa administrativa até cassação de alvará e apreensão de



mercadoria. Essa Lei tem sido amplamente divulgada entre os vendedores ambulantes.

E há o compromisso da Prefeitura Municipal de que haverá a fiscalização, de que os profissionais da Secretaria de Serviços Públicos vão estar nas ruas para cobrar a observância da Lei nº 7.779, o que a gente entende ser muito importante. Não se pode ter só a parte da conscientização: tem de haver ações de conscientização, ações de suporte, mas ações também educativas, para que não se utilize a mão de obra de crianças e de adolescentes no setor informal.

Paralelamente a isso, como membro do Comitê, eu posso dizer a vocês que foram adotadas as seguintes medidas, além dessas já ditas, no sentido de se evitar o trabalho de crianças e adolescentes: a instalação de pórticos — a área de fechamento de acesso ao circuito foi aumentada, e esses pórticos existem inclusive para evitar que pessoas que vêm até de outros Municípios se instalem com suas famílias e utilizem o trabalho de crianças — e a unificação da campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes com a de combate ao trabalho infantil. Aqui na Bahia elas foram unificadas.

Nós temos ainda a campanha *Fique de Olho. Solte a Voz*, uma ação do Município e do Governo do Estado que tem Margareth Menezes como madrinha. A Superintendência, neste particular, está atuando distribuindo um *spot* de rádio, não é um *jingle*, mas um *spot* utilizado em rádio que pode ser veiculado pelos blocos de carnaval. Há a previsão, no Termo de Ajustamento de Conduta firmado com os blocos, de veiculação desse *spot* de rádio como também a previsão de não utilização de adolescentes como cordeiros.

Além da campanha, nós vamos ter o Plantão Integrado, que consiste em colocar em um determinado espaço físico Conselho Tutelar, Ministério Público do Estado e outros órgãos, como Vara da Infância e da Juventude e Defensoria Pública, que podem assistir a criança em casos de violação de direitos bem como adolescentes infratores — crianças em situação de violação de direitos, na verdade. Esse Plantão existe para facilitar a atuação desses órgãos.

E existem os Espaços Temporários de Convivência, que são quatro: dois no Circuito da Barra e dois no Centro. A SEMPS — Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza pode depois disponibilizar os endereços. Esses Espaços de



Convivência são destinados a crianças encontradas em situação de trabalho com os pais. No caso da criança que está sozinha, a gente não tem como fazer esse encaminhamento, ela já está ali em todas as situações de vulnerabilidade. Mas, no caso da criança que está trabalhando com o pai e com a mãe, os educadores da Prefeitura Municipal tentam fazer o convencimento para direcionar essa criança para o Espaço de Convivência.

Os Espaços Temporários de Convivência funcionam 24 horas, começam a funcionar na quinta e só termina na quarta-feira de cinzas. Lá a criança tem alimentação, tem atividades lúdicas. São espaços bons, não são depósitos de crianças, são espaços de convivência realmente.

Mas há uma resistência muito grande da família em encaminhar a criança para o Espaço de Convivência. Algumas alegam que têm medo de que seja um abrigo, mas eu particularmente acho que a resistência também tem o lado de se perder uma mão, um bracinho no trabalho. Eu acho que há também essa resistência por parte da família, porque é menos um trabalhando, e aquela família vai auferir um pouquinho menos de recurso.

Bem, eu acho que já fiz um panorama, uma pincelada, de tudo o que lembro, mas estou à disposição para qualquer outra informação.

A SRA. ISA MARIA LELIS COSTA SIMÕES - Eu queria só dar um depoimento aqui. Acho que é muito bom que a gente enxergue que esse trabalho, que todo esse esforço está tendo alguns resultados.

Eu sou uma frequentadora — há mais de 20 anos eu vou e volto andando — do Bonfim e eu venho acompanhando, porque, nesses lugares, a gente vê todo o mundo do trabalho, a gente vivencia os problemas. E este ano, andando com a minha filha, eu lhe disse era visível que o número de crianças que havia era muito menor. Eu olhava e dizia: “*Que felicidade!*”. Antes, no trajeto inteiro, em todo lugar você se batia numa criança. Era assustador. Neste ano eu notei que havia, acho que — acho não, tenho certeza — por todo esse trabalho que está sendo desenvolvido, um número muito pequeno de crianças acompanhadas dos pais ou sozinhas catando latas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Excelente! Eu gostaria muito de agradecer. A Dra. Teresa nos deu um panorama espetacular que acho que



vai enriquecer muito o trabalho da CPI. Tenho certeza de que vocês vão ser convidadas de novo para a composição e troca de ideias, talvez até em Brasília, na CPI. Essa seria inclusive a minha sugestão final.

Eu gostaria de dizer que é com imensa satisfação que nós temos a presença do lutador pelos direitos humanos nesta Assembleia Legislativa, Deputado Yulo Oiticica, que é afeito à matéria. (*Palmas.*) Eu queria chamá-lo à mesa, porque já há muitos anos — são mais de 20 anos — tem trabalhado essa questão aqui na Assembleia Legislativa da Bahia. Gostaria que o Yulo também desse um panorama.

Neste momento, nós também temos aqui, e vamos ouvi-la a seguir, a Dra. Virginia Senna. A Dra. Virginia, não obstante sua juventude, tem uma memória histórica do período caótico, do período de grande crise no sentido do trabalho infantil na Bahia, das crianças que quebravam pedras nas regiões de extração mineral na Bahia, das crianças amputadas do sisal. Então, a Dra. Virginia tem essa memória histórica no Ministério Público do Trabalho, e tenho certeza de que nos dará também um acervo importante que a CPI levará consigo para Brasília.

A CPI, Deputado Yulo, teve a ideia de vir a Salvador, Olinda, Recife e Rio de Janeiro antes do carnaval para colher informações acerca do objeto focal: como a erradicação do trabalho infantil está sendo tratada às vésperas do carnaval nas cidades onde a festa tem a dimensão que tem no Brasil?

Nós tivemos problemas na vinda de boa parte... Eu sou suplente da Comissão, não sou membro titular, e fui destacada para realizar a audiência na Bahia, e sabíamos das dificuldades. Mas está conosco a Deputada Iara Bernardi, do PT de São Paulo, que é uma das maiores autoridades na luta em defesa dos direitos da mulher e é membro da Comissão, para levarmos esse acervo opinativo para a CPI.

E anodo aos compromissos depois realizaremos um trabalho mais completo na Bahia, que a CPI ainda não visitou como tem feito em todo o País. O objeto é modernizar a legislação, é trabalhar e fazer esse elemento comparativo de 10 anos para cá. Acredito que será necessária uma audiência mais completa, com o Pleno da CPI presente.



Eu vou passar a palavra à Dra. Virginia Senna, Procuradora Regional do Ministério Público do Trabalho, logo depois ao Deputado Yulo, e passaremos à fase de perguntas e considerações finais.

Eu queria dizer que está aqui representado o Deputado Álvaro Gomes, através de José Souza dos Santos, e até vi há pouco o Chefe de Gabinete do Deputado Fabrício, ambos Deputados Estaduais do PCdoB na Assembleia Legislativa.

Queria também agradecer penhoradamente à equipe da Câmara dos Deputados aqui presentes: os taquígrafos Graciete Pedreira e Leandro Siqueira; a Coordenação de Áudio e Vídeo, Luiz Carlos e Paulo Volpe; a Liderança do PCdoB, Antonio Rubens, e o Secretário Executivo da CPI, nosso querido Saulo Augusto, que está aqui acompanhando o trabalho da Comissão e levará consigo esse acervo, esse relato dos que estão sendo ouvidos nesta manhã. Já lamentamos a ausência de representantes municipais. Seria de fato muito interessante que o Poder Executivo Municipal pudesse ter estado presente a este relato.

Passo imediatamente à Dra. Virginia Senna a palavra, para relatar sua experiência.

A SRA. VIRGINIA SENNA - Bom dia a todos, à querida Deputada Alice Portugal — eu, pessoalmente, sou admiradora do trabalho, do comprometimento, especialmente no que diz respeito à promoção dos direitos humanos —, à Deputada Iara Bernardi, à minha querida companheira Isa Simões, à Teresa Calabrich, ao Deputado Yulo.

Em primeiro lugar, eu quero pedir desculpas por ter chegado atrasada, uma vez que hoje de manhã eu fui surpreendida com a notícia de que haveria uma reunião aqui no Plenarinho e que dizia respeito a trabalho infantil. Eu então me dispus a comparecer, mas infelizmente saí de casa às oito e meia da manhã, e o trânsito — eu moro na Barra — estava muito difícil.

Teresa não deu uma pincelada, pelo que eu vi. Teresa discorreu sobre tudo o que se tem feito aqui na Bahia no que diz respeito ao enfrentamento do trabalho infantil. O que eu poderia, digamos assim, acrescentar? Eu quero deixar claro, principalmente à Deputada Iara, que na Bahia existe algo muito bom: uma



integração, uma articulação, um trabalho de articulação integrado, em parceria, em verdadeira sintonia entre os órgãos governamentais e não governamentais.

Por exemplo, na semana passada, nós realizamos, muito rapidamente — inclusive Teresa coordenou —, uma fiscalização nas rodovias pedagiadas pela empresa concessionária Viabahia, e imediatamente organizamos, discutimos e tivemos a ideia de fazer uma audiência pública no Município de Amélia Rodrigues. Foi muito bom, porque, imaginem, com coisa de uma semana nós reunimos mais de 300 pessoas na sede da Prefeitura de Amélia Rodrigues, com quatro Municípios presentes, a empresa Viabahia e outra empresa, a Litoral Norte, que foi mostrar como trabalhava, como operava com essas questões sociais de trabalho infantil e de trabalho de modo geral de adolescentes e adultos. São 36 projetos que essa empresa tem. Fomos com o Ministério Público do Estado, com os promotores que atuam nesses Municípios, com a Polícia Rodoviária Federal. Eu acho que isso é que vem engrandecendo o nosso trabalho, e nós vimos conseguindo colher bons frutos.

Desde o ano passado o Estado da Bahia, através da SEDES, coordena aqui esse Comitê Local de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes para os Megaeventos. Nós aproveitamos a realização da Copa das Confederações no ano passado e estivemos no Plantão Integrado. Foi adotado esse modelo de Plantão Integrado e de Espaços de Convivência. Então, nós tivemos essa oportunidade. Fizemos esse trabalho conjunto com a Defensoria Pública, o Ministério Público do Estado, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério Público do Trabalho, o Estado, através das Secretarias, o Município de Salvador também, que desde outubro do ano passado fez uma grande reunião para tratar do carnaval social. Então, eu penso que a gente tem conseguido fazer alguma coisa aqui de positivo. A Deputada falou da juventude, e é generosidade dela, somente isso. Eu tenho muitos anos de Ministério Público realmente. Eu preferia até não dizer, mas, enfim, eu sou anterior à Constituição de 1988. Então, com a Constituição de 1988, o Ministério Público passou efetivamente a ser um órgão da sociedade; é um órgão de Estado e não de Governo. Nós temos uma atuação como órgão agente, como órgão interveniente. Como órgão interveniente, nós fazemos a fiscalização do cumprimento da legislação no âmbito da Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho, nosso foco são as relações de trabalho. E, como órgão agente, nós procuramos



promover os direitos sociais, individuais, indisponíveis, coletivos, difusos. E de que forma nós fazemos isso? Nós instauramos procedimentos investigativos e obtemos, quando possível, ajustamentos de condutas. Quando isso não é possível, nós ajuizamos ações civis públicas. Só para dar um exemplo: nesse caso da Viabahia, no dia da audiência pública, nós já entregamos uma notificação recomendatória conjunta do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Estadual aos Municípios, detalhando as políticas públicas que devem ser implementadas pelos Municípios. Porque quando a gente trata de trabalho infantil, quando a gente trata de direitos humanos, a gente tem que ter em mente sempre políticas públicas. Cheguei atrasada, mas ouvi Teresa falando. Não é realmente a fiscalização, não são medidas repressivas tão somente. Mais importante é que nós temos que trabalhar na prevenção. E de que forma? Através de políticas públicas. Nós temos três grandes eixos no Ministério Público. Existem três projetos nacionais. Um deles é o de aprendizagem, que é efetivamente uma estratégia espetacular para o combate ao trabalho infantil e a regularização do trabalho do adolescente. Nós temos esse eixo da aprendizagem; temos o eixo do MPT na Escola. Inclusive agora, nos dias 15, 16 e 17 de maio vamos realizar o MPT na Escola de forma concentrada. O que é isso? Os Municípios virão para Salvador. Nós vamos trabalhar com 100 Municípios, capacitar os educadores e levar o MPT para as escolas — todas essas questões do trabalho infantil, vamos contar com o Gerson Estrela, com aquela palestra magnífica em que ele trata dos malefícios do trabalho infantil. E temos o outro eixo, que é o de políticas públicas. Nos Estados, nós replicamos isso.

É claro que nós temos aqui, no Estado da Bahia, dentro desses três eixos, os nossos próprios projetos, como, por exemplo, o Projeto Sinaleira, que já está na sua quarta versão. Nós trabalhamos em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, com o Ministério Público do Estado, com a Fundação José Silveira e com o Município de Salvador, através de duas Secretarias, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde, procurando promover a aprendizagem com o público de 14 a 18 anos de idade. Então, nós temos os nossos próprios projetos.

Nesse caso da Viabahia, como eu falei, fizemos essa notificação recomendatória, detalhando, inclusive, as verbas orçamentárias que devem, necessariamente, ser incluídas nos orçamentos municipais.



Nós já temos audiências específicas com a Viabahia no dia 17 de março e com os quatro Municípios, para pontuar especificamente que ações, depois do que nós ouvimos na audiência pública, devam ser efetivamente executadas pela empresa e pelos Municípios. Trata-se de uma situação absurda — acho que todos aqui na Bahia conhecem bem o que têm sido as praças de pedágio na BR-324, nesses 4 anos de execução dessas rodovias que não ficam apenas nesse pedaço — são 600 quilômetros de estradas. Nós vamos dar prosseguimento a este trabalho. Começamos aqui mais perto, em Salvador, e vamos prosseguir ao longo de todas as margens da BR-324.

Além disso, só para aproveitar o que a Deputada lembrou, nós iniciamos efetivamente este trabalho de combate à exploração de crianças e de adolescentes no trabalho em 1994. Eu acho que a primeira ação civil pública — trata-se realmente de um registro importante — ajuizada no País foi nossa, de minha autoria e de dois colegas aqui da Bahia, na Região do Sisal, na Vara de Conceição do Coité, com relação ao trabalho infantil que existia na fazenda Maria Preta, no Município de Santa Luz. A Vara competente ainda era a Junta de Conciliação e Julgamento de Conceição do Coité. Isso se deu em 1994.

Foi construído todo o Programa PET, as unidades de jornada ampliada da região sisaleira. Depois, subimos para o Piemonte, porque nós adotamos aqui o princípio de que foi um dos piores índices, e aqueles índices de trabalho, não só de trabalho infantil, mas também de mutilações, como a Deputada bem lembrou, na região sisaleira, com a utilização das máquinas paraibanas, etc., todos esses órgãos vêm atuando, Deputada, em parceira ao longo de todos esses anos.

Eu concordo com a Teresa quando diz que hoje é difícil encontrar trabalho infantil, digamos, formalizado, dentro de uma empresa, com a participação do empresário, do produtor rural. Hoje, a gente encontra trabalho infantil, mas na informalidade.

Eu atuo também no combate ao trabalho escravo e ando em algumas expedições do grupo móvel, nas chamadas forças-tarefas. Já encontrei, sim, e até já tirei umas fotografias — eu tenho uma fotografia bem chocante, muito marcante.

Uma vez, nós encontramos na região de Barreiras, faz mais ou menos uns 3 ou 4 anos, trabalho adulto e infantil, o que me chocou muito, porque na fazenda eles



só tinham arroz para comer e ficavam esperando os empreiteiros, os gatos, chegarem para levar comida, e as crianças faziam desenhos com carvão num tapume de madeira — eu fotografei com minha máquina.

A gente ainda vê esse tipo de situação, principalmente quem anda pelo interior da Bahia, como eu ando com o grupo móvel, em algumas experiências bastante lamentáveis. Fora daí, é trabalho informal mesmo.

O que nós temos feito no Ministério Público com relação a isso? Vem a questão do carnaval, nós temos também o GT, o Grupo de Trabalho criado — a Dra. Isa Maria sabe disso melhor do que eu, porque eu só fui a uma reunião na semana passada. Vinte instituições firmaram um pacto com relação ao trabalho decente em megaeventos, em grandes eventos. E o que temos feito? Quando encontramos esse tipo de situação de trabalho infantil informal ou de trabalho adolescente em condições irregulares, em desacordo com a chamada “Lista TIP” do trabalho de adolescentes, nós instauramos um procedimento promocional, — um “Promo” — para tentar cadastrar essas crianças e adolescentes.

Portanto, estamos fazendo um cadastro para, a partir dele, buscar uma alternativa de política pública para esse público envolvido nessa situação.

No mais, realmente, quero agradecer a presença a V.Exas. e colocar-me à disposição para responder às perguntas que porventura venham a ser aqui formuladas.

Estamos lá na Procuradoria às ordens.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Obrigada, Dr. Virginia.

Anuncio a chegada do Deputado Estadual Álvaro Gomes, do PCdoB, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa da Bahia. É uma honra.

Esta é uma reunião da CPI da Erradicação do Trabalho Infantil e nos foi pedido que esta audiência fosse realizada em Salvador antes do carnaval, para que pudéssemos ouvir soluções e opiniões.

Sem dúvida alguma, a preparação foi difícil, de última hora, mas contamos com a presença da Deputada Iara Bernardi, do PT de São Paulo, membro da Comissão.



Gostaríamos, Deputado Álvaro, que V.Exa. compusesse a Mesa, para que pudéssemos fazer esse mosaico e apresentar à CPI, à sua direção titular, esta oportunidade de ouvir relatos importantes de antes e depois da Constituição Federal — não é, Dra. Virginia? Eu também sou de antes da Constituição Federal.

Passo a palavra, agora, ao Deputado Yulo Oiticica, já buscando esse processo de otimização do nosso tempo, em função de a cidade estar literalmente parada.

Então, Dra. Virginia, não precisa se desculpar, porque nós também chegamos tarde.

O Deputado Yulo Oiticica é tradicional militante dos direitos humanos na Bahia; foi Presidente da Comissão congênere desta Casa por diversas oportunidades. Não sei se S.Exa. continua na presidência da Comissão, mas é alguém completamente envolvido nessa discussão da erradicação do trabalho infantil, da luta dos direitos humanos e também do acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de privação de liberdade em razão de atos infracionais.

O Deputado tem uma experiência muito grande nesse sentido e é um prazer tê-lo aqui nesta manhã, para ouvirmos seu relato e também suas impressões sobre o carnaval. Isso é muito importante porque não estamos contando com a presença de um órgão municipal.

Estão presentes o Ministério Público do Trabalho, a Delegacia Regional do Trabalho e também, a Dra. Teresa, que, além de ser a Superintendente Regional relacionada com a coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Infantil, é também do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente — FETIPA. Mas precisávamos de um foco mais claro sobre o carnaval.

A Dra. Teresa nos mostrou a criação dessas áreas de vivência, desses centros de convivência. Achei interessantíssimo e seria bom, se possível, visitarmos esses espaços de convivência. É muito interessante isso. É uma inovação.

Parece-me, Deputada Iara Bernardi, que podemos fazer o registro disso, inclusive, como uma inovação.

Eu gostaria, também, que o Yulo pudesse falar algo que fosse uma novidade.



Eu também visitei a Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação — FUNDAC. Podemos ir à FUNDAC de Simões Filho, que é uma experiência pedagógica espetacular. Sabemos que a FUNDAC de Salvador passa por uma dificuldade enorme e que precisa, inclusive, de um novo prédio.

Portanto, o Yulo poderia dar uma pincelada no trabalho da FUNDAC na Bahia. Acho muito interessante, porque há uma modernização e uma diferenciação.

Eu queria também citar, antes de passar a palavra à Teresa — que fará um adendo, antes ainda da fala de Yulo —, o trabalho da Secretaria Estadual do Trabalho e Emprego. Realmente, hoje é uma secretaria padrão no que concerne ao trabalho decente. E isso tem sido bastante referenciado.

Com a palavra a Teresa, que gostaria de fazer somente um adendo.

A SRA. MARIA TERESA CALABRICH CAMPOS - Com relação aos centros de convivência, este já é o terceiro ano da implantação desses espaços por parte da Prefeitura Municipal. Este ano serão em maior número: quatro. No ano passado tivemos apenas dois.

A Prefeitura inovou este ano com uma pesquisa, inclusive realizada pelo próprio Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente — CEDECA, para ouvir as mães — possíveis usuárias desses centros de convivência — a fim de verificar o porquê da resistência em colocar seus filhos lá. Isso serviria à Prefeitura e ao Governo do Estado, para que pudessem trabalhar essa resistência.

Com relação à aprendizagem, a Deputada falou da FUNDAC. Mas eu gostaria de pontuar duas ações da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego — que não são da minha coordenação, mas são da Coordenação de Aprendizagem — que acho importantíssimas, pois são práticas que valem a pena serem olhadas, sendo uma delas o Aprendizagem na Medida, programa voltado para aquele adolescente que está cumprindo medida socioeducativa, de maneira a capacitá-lo para o trabalho e, quando ele voltar ao convívio com a sociedade, inseri-lo no mundo do trabalho de forma regular.

Há também a aprendizagem voltada, que está sendo feita em parceria com a Fundação Cidade Mãe, aos meninos de abrigo. Essa situação dos abrigados, realmente, aflige muito quem trabalha nessa área.



Eu não sei se as Deputadas têm conhecimento, mas o abrigado sai aos 18 anos do abrigo — desculpem-me a impressão — “sem eira nem beira”. Porque de lá ele sai sem emprego, sem capacitação e sem alguém que dele cuide. Então, são jovens que já vivem uma situação, realmente, diferenciada, porque não têm o convívio familiar, por conta de algumas coisas que aconteceram em suas vidas. E, ainda por cima, quando fazem 18 anos, quando atingem a maioridade, de lá saem sem nada. São jovens que precisam, realmente, de um olhar atento — tanto esses jovens quanto os que estão cumprindo medidas socioeducativas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Muito bem.

Eu queria fazer um registro de presença da turma da UFBA, embora eu não tenha ainda os nomes de todos os meninos. Mas são meus colegas de UFBA, membros do DCE e de outras organizações de juventude, militantes da juventude.

Sejam muito bem-vindos aqui! Isso tudo é para a juventude, que são várias.

E é exatamente esse olhar que precisamos cada vez mais consolidar: são várias as juventudes, inclusive essa dos abrigados, citados aqui pela Teresa.

As políticas estão acontecendo, as coisas estão evoluindo, mas a juventude, em suas cartolinas, disse querer mais — e é atrás disso que estamos.

O SR. YULO OITICICA - Bom dia a todos e a todas.

É um prazer, Deputada Alice e Deputada Iara, tê-las entre nós. Na condição de Vice-Presidente da Casa e membro titular da Comissão de Direitos Humanos, quero dizer que a Casa está inteiramente à disposição de V.Exas.

Em meu nome e em nome do Deputado Álvaro Gomes, esse combativo Deputado da luta dos direitos humanos, quero saudá-las e dar-lhes as boas-vindas, embora a Alice já seja dona desta Casa há muito tempo.

Sem temer correr o risco de ser linchado, adorei o Pastor Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos. O “efeito Feliciano” foi ótimo. E vou dizer por quê? Até ali, havia pouca ou equivocada, propositalmente ou não, visão sobre a Comissão de Direitos Humanos e de seus militantes. Até ali, os membros eram defensores de bandidos, assim tachados pela maioria, inclusive, dos meios de comunicação.

Depois de Feliciano, que bom!

E vejam a generosidade de um militante dos direitos humanos quando cita “depois de Feliciano”, pois é alguém que ignora completamente os direitos humanos



— e, por isso, falo sobre generosidade, pois eu não deveria tratá-lo de tal forma — e não sabe o que são declarações, convenções e muito menos os princípios de Paris ou qualquer ação na questão dos direitos humanos.

Eu quero parabenizar V.Exas., pois não tenho dúvida de que ambas tiveram papel fundamental para garantir o retorno da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal aos verdadeiros militantes dos direitos humanos.

Portanto, parabéns a V.Exas. por terem feito o Brasil acordar diante desse instrumento importantíssimo na luta pelos direitos humanos. Sabemos que V.Exas. sempre estiveram na vanguarda.

Fico muito feliz diante disso porque convivi aqui com a Deputada Alice Portugal, uma das Deputadas mais brilhantes que o Poder Legislativo baiano já teve. Convivi com S.Exa. e com Paulo Jackson e, portanto, tive a experiência fantástica de conviver com um guerreiro e uma guerreira em defesa da vida.

Quero saudar o Anderson e a turma da UFBA. Essa juventude ou, como disse Alice, as juventudes têm desempenhado um papel fundamental nessa democracia pós-moderna. Nós vivemos um momento de fortalecimento da musculatura da democracia brasileira. Portanto, não se constitui uma democracia com mera retórica, mas com luta, com o debate de ideias, com a rua. Esse pulsar da nova democracia é fundamental, e o papel da juventude, sem dúvida, é extremamente relevante na construção deste novo momento.

Dra. Virginia, quero parabenizá-la não só pela profissional de excelência que a senhora é no Ministério Público do Trabalho, mas pela ousadia e determinação de não só fiscalizar, acompanhar e propor, mas também por gestar política pública de modo bem especial junto à área socioeducativa, área para a qual vocês têm pensado e possibilitado inclusive a qualificação profissional. E, na semana passada, quase duzentos jovens foram diplomados, além da possibilidade real de acesso ao emprego.

Portanto, o trabalho que vocês têm feito tem sido importantíssimo.

A Isa e a Teresa são também guerreiras incansáveis pela garantia dos direitos de nossas crianças e adolescentes.

Deputada Alice, eu também gostaria de dizer a V.Exa. e à Deputada Iara Bernardi, antes e muito rapidamente, que ficamos muito felizes — nós, militantes do



direitos humanos na Bahia — pelo arquivamento na CCJ do Senado ontem, fato que contou sem dúvida com a participação direta de V.Exas., da PEC que pretendia reduzir a maioria penal.

É lamentável que ainda haja tantos Deputados e Senadores achando que é a cadeia mais cedo que vai resolver. E ainda há tantos que acham que a juventude é caso de polícia, quando achamos que a juventude é caso de política pública. E tanto assim que a juventude tem mostrado, Deputada Alice, que ela não é problema; muito ao contrário, ela faz parte da solução do problema quando vai às ruas, quando grita, quando se organiza, seja na academia, seja em um grêmio, seja em um movimento cultural.

Ontem vimos uma reportagem nacional sobre a realidade das comunidades nas favelas e percebemos ali que é possível, com a riqueza da solidariedade, da troca do açúcar e do feijão, com foi falado; com a possibilidade real de sentir e dividir a dor do outro, conseqüentemente — e isso ocorre quando temos a sabedoria de dividir a dor —, também dividir-se a alegria e o prazer.

Acho que as comunidades simples, pobres, que são vistas por quem está de fora como carentes, neste momento passam a ser referência de felicidade. Portanto, tomara que tantos que estão fora de lá possam beber dessa sabedoria e inteligência.

Todos sabemos que não se constrói guerra só com Hitler e nem se constrói paz só com Gandhi. Tanto a guerra quanto a paz são frutos da ação articulada de qualquer sociedade e de qualquer comunidade. Portanto, a vinda de vocês, para nós, é fundamental.

Ainda, rapidamente, Deputada, como V.Exa. citou o trabalho da FUNDAC aqui na Bahia — e aí é a realidade do prédio que era da (*ininteligível*), em Salvador. A nomenclatura não nos permite chamar aquele local de presídio, portanto, vou tratá-la como masmorra do século XVIII. Inclusive presos políticos ficaram naquele lugar. É uma masmorra, de fato, um local subumano, sem qualquer condição. E já há uma decisão do Governador pela sua implosão e construção de uma nova.

Mas é fundamental a ação de V.Exas., junto à Câmara Federal quando do debate do orçamento do Governo Federal, a partir dos Ministérios, sobretudo o da Justiça, e da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos para que imediatamente



tenhamos a demolição daquele espaço, que é um símbolo da ditadura de ontem. E hoje é símbolo da falta dos direitos humanos às nossas crianças e adolescentes, que, após serem apreendidos, muitas vezes, ficam naquela casa. E aquela é a casa que mais tem crianças e adolescentes hoje apreendidos.

Que bom que o CNJ recentemente apresentou no seu relatório também a importância da demolição e colocava de forma positiva a pedagogia e o tratamento que aquela equipe da FUNDAC tem dado às nossas crianças, nessa parceria com o Ministério Público, com a sociedade civil e com as instituições, para que isso possa acontecer.

É preciso combater o trabalho infantil tanto quanto combater a prostituição, as duas coisas, Dra. Virginia, e V.Exa. bem sabe disso. Tem coisas que a gente precisa diminuir, mas também tem coisas que a gente tem de erradicar de uma vez por todas. E eu não tenho dúvidas de que o trabalho infantil tanto quanto a prostituição infantil, que é um dos seus, têm que ser erradicados de uma vez por todas. Nenhuma civilização, em pleno século XXI — quando a gente está legitimamente preocupado com as baleias, com as tartarugas —, pode permitir que as nossas crianças sejam agredidas com violência sexual ou violência no trabalho. Nós sabemos que ainda muitas famílias as têm como um braço importante para adquirir um pouco mais de ganhos, sobretudo em momentos como este de pico, que são as festas populares, de modo bem especial o carnaval. É fundamental que não só as políticas públicas, como as que foram colocadas aqui, sejam evidenciadas, como também a construção de uma cultura.

O velho e saudoso mas sempre presente Paulo Freire já dizia que reeducar é sempre mais difícil do educar. Então, nós estamos diante da desconstrução de uma cultura e, paralela a ela, da construção de outra. Não é uma coisa fácil. A gente precisa verdadeiramente de campanhas de convencimento, de diálogo, de debates constantes com essas famílias para elas perceberem que seus filhos não têm que ser vendedores de cerveja no carnaval, não têm que ficar catando latinha; têm que ser doutores. A possibilidade a cada dia é maior exatamente para isso.

Portanto, passa por um trabalho de autoestima, de reconhecimento do direito. Verdadeiramente, as pessoas precisam se sentir sujeitos de direito. Eu não tenho dúvida de que só essa parceria com as instituições e essa construção coletiva,



naturalmente, nós darão a diversidade seja de papéis, seja de entendimento. É fundamental construir unidade nessa rica diversidade para construir verdadeiramente uma sociedade de iguais.

Eu quero passar a V.Exa., Deputada Alice Portugal, exatamente para não me delongar, um relatório da atual condição da Fundação da Criança e do Adolescente. Dentro dele, quero salientar a importância do trabalho, na medida, Dra. Virginia, em que V.Exa. tanto tem sido entusiasta e gestora, e da possibilidade real do acesso ao direito, antes de adentrar muitas vezes ao mundo marginal em que essas crianças e esses adolescentes acabam entrando.

E um dado brutal é exatamente o índice dos adolescentes, Deputada, que estão fora da escola quando são apreendidos. Então, essa é mais do que uma demonstração evidente de que nós precisamos fazer com que os direitos não só existam e sejam verdadeiramente acessados, mas também sejam mais atrativos. A escola precisa ser mais atrativa. A escola precisa seduzir mais as nossas crianças e os nossos adolescentes. É fundamental que isso aconteça, para que eles não adentrem tantas vezes no mundo do crime, esse mundo marginal. Adentrando, eu não tenho dúvida, o Estado precisa ter um olhar diferenciado.

Por isso V.Exa. fala das juventudes. É importante que os debates e as reflexões científicas aconteçam no dia a dia, para entender essa diversidade, essa rica diversidade da juventude, que está no campo, que está na cidade, que está na atividade política, religiosa, cultural. Ou seja, é importante perceber a riqueza do lugar em que aquele garoto vive, em que aquele adolescente vive.

Outro dia, eu ouvia uma música do Falcão, do Rappa — e a senhora já percebeu, Dra. Virginia, que eu sou tão jovem quanto a Deputada Alice, portanto, nós também ouvimos o Rappa. E o Falcão tem uma música que é fantástica, porque ele fala de uma família, do lugar em que vive, dos valores que aprendeu. Ele fala que o membro dessa família tinha tudo para dar errado. Eles faziam o inverso. Eles transformam a diversidade na unidade da família, na solidariedade. No refrão da música ele diz *“é aí que tá a mágica, meu irmão”*. Então, a mágica está exatamente aí. A mágica está em perceber o outro como sujeito, perceber o outro como semelhante, perceber o outro como alguém igual a mim.



Portanto, temos de construir essa unidade da raça humana. Ouvimos a infeliz fala de um Secretário do Governo Municipal na semana passada, quando tratava de impostos. Ele dizia: *“No passado era mais fácil, porque no passado, quando não se pagava o imposto, ia para o Pelourinho, lá era chicoteado e pagava; e agora tem a justiça.”* Que pena que alguns tenham muita saudade da chibata, do Pelourinho. Infelizmente, alguns tantos dizem: *“Não, mas ele foi infeliz.”* Quer dizer, isto é o racismo institucional, o racismo que está muito arraigado e presente nas nossas relações interpessoais, sociais e, de um modo geral, é tão evidente, que se fala inclusive isso: *“Não, ele foi infeliz naquela bobagem que falou.”* Mas isso faz parte do dia a dia, da cultura, do que se acredita, do que se faz. Combater isso é fundamental. Ele esqueceu que naquele tempo só ia para o chicote quem hoje também vai, que são os negros, pobres, na sua maioria absoluta, jovens.

Portanto, eu quero passar esse relato e quero também passar uma coletânea de leis que a FUNDAC produziu recentemente — Deputada Alice conhece bem. A nossa Diretora, Ariselma, é uma assistente social e militante dos Direitos Humanos dedicada a essa luta há bastante tempo. Quem está achando que sou tiete dela tenha a certeza de que sou mesmo. Então, eu queria passar também esse livro, que tem sido um instrumento importante para os Conselhos Tutelares, para as organizações. Recebi recentemente das mãos dela, e quero também passar para vocês porque acho que são ferramentas importantes.

Parabéns! Que os santos, encantos e axés da nossa rica Bahia as abençoe. Estão convidadas para o carnaval, quem não é daqui. Obviamente, sei que este é um momento também de descanso e de festa em todo o canto, em quase todo o canto deste País.

Muito obrigado, Deputadas Alice e Iara. Sejam sempre bem-vindas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Obrigada, Yulo.

Quero reiterar a nossa observação sobre o excelente trabalho da FUNDAC. Estive lá mais de uma vez em contato, inclusive, com a escola pública estadual, que faz parceria com a Fundação, e realmente é um trabalho que vem crescendo, eu espero. Basta só um pouquinho mais de dinheiro, um pouquinho mais de dinheiro porque, de fato, é um trabalho excelente que vem sendo realizado.



Por sinal, quero dizer que estive com um menino índio, menor infrator. É um menino que, pela situação de pobreza e vulnerabilidade, acabou caindo, aqui no nordeste baiano, em Banzaê, na infração e foi restrito da liberdade. Ele não compreende o que se passa. Toda vez que o juiz estende a sua restrição de liberdade, ele se corta, pega azulejos e se corta, porque não compreende o porquê.

Então, nós temos problemas culturais, étnicos, da maior sensibilidade, quando se trata do cristal chamado juventude. É realmente necessário que essas políticas avancem. Não pude acompanhar essa CPI que vem trabalhando, mas sou muito afeita à temática. Acredito que de fato essa Comissão de Inquérito o possa, com as diferentes realidades brasileiras, porque nós avançamos muito na Bahia.

É como a Dra. Virginia disse: nós vimos criança quebrando pedra, crianças em idade tenra, 5 anos de idade, quebrando pedra na mãozinha — as mãozinhas deformadas; vimos crianças mutiladas juntamente com adultos mutilados nas máquinas paraibanas da região sisaleira; nós vimos crianças nas estradas — hoje elas vendem, antes pediam ou se vendiam.

Então, efetivamente, temos obtido avanços, mas ainda precisamos de mais políticas que uniformizem essa realidade nacional, que fortaleçam os Conselhos Tutelares.

Os Conselhos Tutelares ainda são instrumentos utilizados, vamos dizer, eleitoralmente de maneira intensa; tem melhorado, tem diminuído, mas isso ainda é fortíssimo. Os conselheiros tutelares são muitas vezes orientados para ser cabos eleitorais. E nós sabemos a importância do conselheiro tutelar. Felizmente, estão dando uma virada, nós estamos elegendo jovens conscientes para serem conselheiros, mas padecem de nenhuma estrutura para trabalhar. Não têm estrutura, não têm carro, a sede é precária, o telefone não funciona. Essa é a realidade de muitas cidades baianas. Não sei no Sul do País — a nossa lara pode relatar o que a CPI já viu por aí —, mas aqui nós temos graves problemas nos Conselhos Tutelares, problema de manutenção do conselheiro, incompreensão de gestores do Poder Executivo Municipal em várias cidades sobre o papel do conselheiro. Há uma discussão muito séria sobre a profissionalização do Conselho Tutelar, porque, de fato, eles têm grandes dificuldades de atuar.



Outra coisa que existe na Bahia e que eu não sei se existe em outros Estados é a situação do que a gente chama aqui de agentes de menores. Hoje tem outro nome. Não sei. É alguém que, indicado por um juiz, poderia atuar em festas, em eventos, para verificação da presença de comissários de menor. Pois bem, o Poder Judiciário credencia. Essas carteiras que os juízes forneciam eram disputadas e ainda são, porque, ao mesmo tempo em que ele entrava com a carteira de fiscalizador, se divertia. Em geral, os comissários também são jovens. Muita gente boa é comissário, muita gente que nada tem a ver com uma política pública também. Então, é uma realidade a ser tratada com o Judiciário, porque ainda há credenciamentos acontecendo.

Eu fui procurada, como Deputada dessa área, da área social, representando efetivamente as lutas sociais. Há um grupo de comissários que querem também se profissionalizar. *“Por que não nos transformam, como também transformaram os agentes comunitários de saúde, em agentes efetivos, como instrumentos de encaminhamento das políticas públicas na área da infância e da juventude no aspecto infracional?”* Esse é um debate que não pode ser apartado do debate da luta pela erradicação do trabalho infantil, da luta em defesa dos direitos da juventude. Acredito que o fórum possa ser um instrumento muito importante — talvez Teresa tenha até algo a dizer sobre isso — para trazer esse debate também para dentro.

Nós, Parlamentares, somos todo dia procurados para fazer um projeto nesse sentido: profissionalizar o comissário, mas já não existem comissários de menor em vários Estados da Federação. Por outro lado, é necessário discutir essa rede. O fortalecimento dos Conselhos Tutelares está na ordem do dia. Mas como trabalhar esse universo que ainda existe e ainda atua? É uma discussão baiana, porque não é nacional essa realidade que precisamos ter.

Por último, a Dra. Isa me apresentou aqui à Mesa algo — são dois Deputados Estaduais extremamente atuantes aqui na Mesa, já passo a palavra para o Álvaro. A Dra. Isa me passou uma denúncia, a correspondência de uma servidora, Sra. Rosane de Oliveira Queiroz, que coordena as fiscalizações da Delegacia Regional do Trabalho no meio rural, em Barreiras, no oeste baiano. Essa senhora foi vítima de uma ameaça brutal por parte de prepostos, talvez, de pessoas que não aceitam ser



fiscalizadas. Ela denuncia. Eu vou ler. Quando a Dra. Virginia levantou que ela faz parte dessas expedições, veio-me à memória imediatamente os fiscais do Ministério do Trabalho mortos em Minas Gerais. Nós não nos cansamos de pedir justiça e de lembrar que faz 10 anos do assassinato de quatro servidores públicos federais. Diz a Sra. Rosane:

“Sirvo-me do presente para comunicar que chegou ao conhecimento dos auditores dessa gerência, gerência do oeste, por informações de terceiros, o fato de que estaria sendo planejada retaliação à fiscalização rural. Coincidentemente, essa articulação se revela exatamente na semana em que se reinicia a fiscalização do projeto rural pela gerência. Segundo a informante, um determinado grupo de fazendeiros teria se reunido por estar insatisfeito com a frequência de fiscalizações no meio rural, afirmando que havia fazendas que tinham sido fiscalizadas há menos de 6 meses e já estavam sob a ação fiscal novamente e que pessoas que escolhiam as fazendas fiscalizaram uma tal de Rosane” — ela própria. “Ainda segundo o relato, tal grupo teria contratado vários pistoleiros no Estado do Pará, de triste memória da morte de dezenas de camponeses e do ex-Deputado Paulo Fonteles, que viriam especificamente” — da nossa irmã, que foi também abatida por pistoleiros — “para dar um susto à fiscalização e, se não matar, pelo menos aleijar a fiscalização.

A fiscalização rural em andamento foi suspensa temporariamente por razões de segurança. O fato foi relatado à Polícia Federal, que está diligenciando no sentido de verificar a fonte da informação, a fim de obter dados mais precisos e tentar identificar os autores.

Na segunda-feira próxima, dia 24.02, estaremos reunidos com o Delegado da Polícia Federal para a oitiva.



Segue anexa a certidão de comparecimento à Polícia Federal. Compareceremos ainda à Polícia Civil, tendo sido agendada para o dia 24.02 reunião com o coordenador específico.

Informo ainda que, nessa mesma semana, ocorreu evento de suposta ameaça contra a pessoa de minha filha,” — a filha da Sra. Rosane, a tal de Rosane — Elen Queiroz, conforme certidão de registro de comunicação à Polícia Civil, anexa, evento que foi relatado às Polícias Civil e Federal, uma vez que tal fato pode possuir alguma conexão com a situação em tela, posto que na mencionada reunião meu nome foi expressamente citado como sendo a responsável pelo planejamento das fiscalizações, planejamento esse objeto principal da crítica e da represália do grupo.

Pelo exposto, aguardo orientação.”

Ela se dirige à Dra. Isa, Delegada Regional do Trabalho, representante do Ministro do Trabalho na Bahia, sobretudo de caráter de segurança pessoal dos envolvidos e de suas famílias.

Isso é um absurdo! Eu quero pedir licença à Dra. Isa para transformar em matéria do Plenário da Câmara dos Deputados, para pedir apoio a vocês, pois isso é uma coisa muito séria.

A SRA. ISA MARIA LELIS COSTA SIMÕES - Eu quero só acrescentar uma coisa. Eu não poderia perder essa oportunidade de fazer essa denúncia, principalmente porque aqui temos os Deputados responsáveis. Ainda hoje de manhã seria feita a comunicação para o Ministro — já fizemos à Polícia Federal. O que nos deixa mais preocupados é que, no ano passado, nós tivemos que tirar quatro auditores de Barreiras para outros locais, porque eles foram, também através de um telefonema, durante a fiscalização rural, ameaçados e estão fora de Barreiras. Não é uma história porque a nossa primeira colega que lá esteve, Kedma também saiu de Barreiras porque começou a ser assaltada a sua casa. Então, agora começa a ser



uma questão muito maior. Nós vamos ter de receber uma resposta com o respaldo de toda a sociedade, de todos os órgãos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Eu agradeço a confiança. Daremos provimento à denúncia. Se for necessário, poderemos fazer um grupo suprapartidário de Deputados ao Ministério do Trabalho, para dar esse reforço à Delegacia Regional do Trabalho.

Passo a palavra ao Deputado Álvaro Gomes, também um batalhador pela educação, pela erradicação do trabalho infantil. Aliás, o Deputado Álvaro Gomes foi trabalhador infantil no seu Município, Tapiramutá. Ele era padeiro.

Deputado Álvaro, líder bancário e Deputado Estadual do PCdoB da Bahia.

O SR. ÁLVARO GOMES - Esta reunião aqui é de grande importância da CPI que investiga o trabalho infantil.

Em primeiro lugar, acho que a gente precisa raciocinar que no que se refere ao trabalho infantil é exatamente o trabalho escravo, o trabalho precário, suprimir todas as possibilidades ou muitas possibilidades de a criança se desenvolver de forma saudável. Então, o trabalho infantil, no meu ponto de vista, refere-se a isso. Porque é evidente que a criança na escola, a criança desenvolvendo suas atividades no cotidiano, em certa medida, está desenvolvendo um trabalho, um trabalho de estudar, está tendo uma atividade. Então, aqui se refere naturalmente ao trabalho precário. Realmente, a criança, nessa idade, para se desenvolver, precisa de lazer, de brincar, de estudar, para que tenham realmente uma adolescência e uma fase adulta mais saudável. Então, eu acho que este realmente é o grande desafio, o desafio de erradicar, nesse sentido, completamente qualquer possibilidade de trabalho infantil. Então, eu acho que este é o desafio de todos nós, para que a gente possa realmente ter um futuro de justiça, um futuro de paz. Eu entendo que a situação que nós vivemos é uma situação extremamente grave — é claro que tem melhorado. Eu acho que esta questão é fundamental, indispensável, porque o que é que nós observamos hoje? Apesar de haver uma estabilização na questão da violência no nosso País, o número de assassinatos terminou se estabilizando num patamar extremamente alto, de aproximadamente 50 mil ao ano — são 50 mil assassinatos ao ano. Desses 50 mil, boa parte é de jovens, adolescentes e pessoas



negras, pobres, excluídas. Sem falar na questão das drogas, que também termina eliminando muitas crianças e jovens. Portanto, nós vivemos uma situação de extrema dificuldade e precisamos avançar, para que a gente possa atacar esta questão do ponto de vista mais concreto e também do ponto de vista estrutural. Eu acho que este é um problema estrutural que vem sendo resolvido em parte, mas que é preciso intensificar mais. Então, quando hoje nós observamos, como já registrado pelo Deputado Yulo, a questão da maioridade penal, fala-se em reduzir a maioridade penal para 16, para 14, 12, daqui a pouco vai se estar na sala do hospital, quando a criança nascer. Então, é algo extremamente grave, porque nós não podemos concordar com esta questão da redução da maioridade penal, não podemos concordar com esta questão da pena de morte. O que se fala é o seguinte: bem, essas crianças cometeram crimes absurdos, então é cadeia, pena de morte. Está errado! Não tem lógica isto aí. O que nós precisamos é construir uma sociedade justa, uma sociedade com dignidade, que aí nós vamos diminuir esses problemas que enfrentamos hoje. Como poderíamos dizer, bem, precisamos construir escolas, universidades, postos de trabalho, dignidade. Com isso aí, nós vamos reduzir as prisões, os crimes, e vamos construir uma sociedade mais justa.

Então, eu acho que este é o grande desafio. A CPI vir aqui para a Bahia debater esta questão, discutir esta questão, antes do carnaval, que é um momento também importante para abordarmos esta temática, é muito importante. Por isso, queria parabenizar por esta iniciativa a CPI que investiga o trabalho infantil, a Deputada Iara, a Deputada Alice, parabenizar esta Mesa ilustre aqui — Isa, Teresa, Virginia, nosso amigo Deputado Yulo Oiticica.

Uma questão que eu gostaria de colocar aqui mais pontual, talvez alguém da Mesa possa comentar, dentro desse raciocínio até de Alice. Outro dia, eu estive aqui numa sessão, eu participei de uma sessão especial sobre a questão dos Conselhos Tutelares e, ao entrar na Assembleia, eu vi um bocado de gente padronizado. A primeira impressão que eu tive é que eram policiais bem armados, eu tive essa impressão, essa sensação. Eu entrei e tive essa sensação. Mas depois fui observar que aquelas pessoas faziam parte de associações de investigadores de criança, de adolescente, alguma coisa nessa linha.



Algumas associações são criadas para investigar a questão da criança e do adolescente. Algumas muito bem intencionadas, com pessoas sérias, mas eu, particularmente, ainda não obtive informações suficientes para ter uma opinião sobre essa temática. De um lado, existe a boa vontade dessas pessoas de proteger as nossas crianças e os nossos adolescentes. De outro lado, essas associações terminam ficando numa situação um pouco dúbia: ninguém sabe se são policiais ou se não são policiais, dado o equipamento e o uniforme.

Eu mesmo, quando cheguei à sessão, tomei aquele impacto, por causa daqueles coletes e daquelas coisas. Eu fiquei achando que eram efetivamente policiais preparados, porque chamam muito a atenção, com muito destaque. Eu fiquei assim um pouco naquela interrogação.

Eu acho que essa é uma questão que a gente deveria estudar mais. Eu, particularmente, não tenho conhecimento suficiente sobre essa temática, mas tenho interesse em estudá-la melhor, para ver um pouco como funciona, até que ponto essas associações e esses investigadores são policiais, não são policiais, se são respaldados pela lei, se não são respaldados pela lei ou, ainda que não sejam respaldados pela lei, se isso é uma coisa que vai avançar, se isso vai retroceder.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Não são.

O SR. ÁLVARO GOMES - Nós sabemos que não são, claro que não são.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Nem treinamento receberam.

O SR. ÁLVARO GOMES - E alguns fazem cursos e se sentem como policiais, porque têm a carteira de investigador, têm o diploma de investigador.

Então, é uma questão que a gente teria que analisar, porque a intenção é boa, as pessoas vão bem intencionadas, mas terminam fazendo uma confusão muito grande entre nós. Eu acho que a gente deveria, enfim, ter um olhar mais cuidadoso sobre essa problemática, sobre essa temática e ver como evoluir no sentido de efetivamente construir uma sociedade com inclusão, justiça e muita paz.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Muito obrigada, Álvaro.

Bem, eu queria perguntar a este nosso Plenário disciplinado e solidário se alguém gostaria de fazer algum comentário, alguma pergunta aos nossos participantes desta audiência pré-carnaval da CPI pela erradicação do trabalho infantil da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*



Não havendo, eu queria apenas fazer um comentário antes de passar a palavra à Deputada Iara e, logo a seguir, para as considerações finais, às autoridades aqui presentes.

O Álvaro levantou também um ponto muito importante — e é bom anotar, Iara: conselho tutelar, comissários de menor, onde existem, e as associações de investigação, acompanhamento, com pessoas uniformizadas, que o Deputado Álvaro mencionou.

Eu queria levantar uma questão. Não é pré-carnavalesca; ela é, na verdade, permanente e está em uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação: a educação integral. Eu não vejo vacina mais poderosa, mais competente para a erradicação do trabalho infantil, para a adequação da construção de cidadania e para o aprimoramento também educacional e emocional, quer seja conteudista, quer seja cognitivo, da criança e do adolescente do que a garantia de que essas metas do PNE sejam efetivamente alcançadas, mas, fundamentalmente, a meta da educação integral.

Nós sabemos que não é fácil, que é muito dinheiro. Nós sabemos que a Lei de Responsabilidade Fiscal gera um déficit muito grande por parte dos Municípios em relação à contratação de pessoal da saúde e da educação. Um dos elementos que nós temos batido em Brasília é uma discussão séria sobre a LRF não atuar sobre as regras de contratação e concurso de pessoal para educação e para a saúde, porque nós estamos estagnados, completamente estagnados. Aumenta a população jovem, que precisa da educação e da saúde também, mas da educação fundamentalmente, e nós não temos como quebrar os limites prudenciais das Prefeituras para garantir esse acesso.

Então, começa um processo de estrangulamento, já que temos um universo para a educação infantil já quase alcançado, quase alcançado. Nós temos quase toda a criança, de 5 a 14 anos na escola, mas o ensino médio esvaziado, passando por uma discussão sobre a sua reforma. O Governo Federal, investindo em grandes projetos, como o PRONATEC, pretende formar 8 milhões de técnicos em curta duração, investindo muito pesadamente na expansão dos institutos federais. E nós aqui na Bahia sabemos o que isso significa. Tivemos um único, com Nilo Peçanha, criado 102 anos atrás. Agora, temos dois institutos federais, mas com quase 30



unidades espalhadas pelo Estado da Bahia. No entanto, a questão da educação integral continua um tanto quanto emperrada. Sem creche e sem educação integral num projeto pesado de investimento, muito dificilmente nós deixaremos de ver as crianças nas sinaleiras. As crianças nas sinaleiras, que talvez seja o grande problema hoje de Salvador, como cidade, e da Bahia dos pedágios... Porque, aqui foi muito bem pontuado pelos especialistas, Dra. Isa, Dra. Teresa, Dra. Virginia, que colocaram que, em termos de trabalho formal, como nós tínhamos antigamente, isso está praticamente erradicado. Talvez não esteja 100%, mas é raro encontrar, é raro encontrar. E nós sabemos o que eram as crianças dormindo nos pisos das padarias em Salvador, nas lanchonetes — todos nós sabemos —, nas barracas de praias.

Então, temos todo esse relato, essa memória histórica. Acompanhei com Fernanda, lá da Universidade Federal da Bahia, várias incursões sobre isso — Fernanda Gonçalves. E, sem dúvida alguma, nós sabemos como isso foi superado; muita superação, muita superação. Mas nós temos a criança da cocada, a criança do acarajé, que sai com a tijelinha, já que não há mais barracas, vendendo de banhista em banhista o amendoim; o cearense que vem com suas redes nas costas, crianças ao lado, muitas vezes, não tanto quanto antes. Os mascates do Nordeste, do Semiárido, mas nós temos, portanto, no comércio ambulante muita criança: o menino da cocada, do beiju, do lelê e da pamonha. Estão aí no *ferry boat* para quem quiser ver e experimentar a doçura da venda, mas nós temos também a criança em conflito com a lei, a criança do *crack* no centro da cidade, a criança do crack nos valões da Avenida Centenário, que dói no coração. Essa legião de crianças sem luz nas ruas da nossa cidade, da nossa mais antiga e primeira capital do Brasil.

Então, esse sem dúvida é o grande foco. No carnaval, esse foco aparecerá com intensidade, porque as crianças da periferia vêm para o centro da cidade, vêm batalhar um dinheirinho, e a criança que já está em conflito com a lei e no uso de substâncias ilícitas e substâncias psicoativas, elas vêm em busca da facilidade da droga, que aparece nesse período. Isso tudo é um grande desafio, um desafio social, um desafio político, um desafio humano. Essa é, sem dúvida, uma das grandes batalhas que nós temos que enfrentar ainda para afirmação das humanidades.



E, sem dúvida, eu acho que esta Comissão tem um papel nesse sentido. Nós temos grandes questões que são transversais para a saúde, para a educação, para a segurança pública e para os direitos humanos, em geral e nesse foco da criança e do adolescente. Recolhe, interna ou não interna a criança dependente de substância psicoativa, que está em conflito com a lei, que está na rua, em condição de morador de rua? Recolhe ou não recolhe? Recolhe para onde? A FUNDAC tem condições?

Mas e se é caso de internamento hospitalar? Eu acompanhei, pouco tempo atrás, um familiar num hospital do subúrbio, muito bem atendido, por sinal. E, nessa oportunidade, eu pude ver, na mesma enfermaria em que você aguardava uma vaga para cardiologia, uma vaga para UTI, um adolescente em crise de abstinência de *crack*. Posso dizer que nas noites em que passei lá — passei várias na enfermaria antes de subir como paciente para a UTI —, eu pude acompanhar três síndromes de abstinência, dentro da enfermaria comum. Foram atendidos com dignidade, mas não é fácil, porque se precisa de contenção psiquiátrica, que já não há manicômios, porque avançamos na luta antimanicomial, bravamente, bravamente. Porque eu também sou do tempo de ver pacientes acorrentados no Juliano Moreira e na Colônia Lopes Rodrigues. Visitei isso, vi, tenho na memória essas tristes lembranças. Nós superamos isso, superamos. Hoje é o hospital-dia, é o tratamento mais humanizado.

Mas e esses casos relacionados com as crianças que têm relação com substância psicoativa? Esse é um grave problema. No carnaval estará agudizado, estará inexoravelmente... É lamentável que a Prefeitura não possa ter mandado ninguém aqui, apesar do afogadilho da audiência, porque nós realmente vamos ter esse caso. E, nesse caso, nós sabemos que a pessoa que está sob uso do *crack* perde consciência, perde noção de espaço, noção de realidade, e ele pode enxergar num monstro a aproximação de um cidadão comum e matá-lo.

Então, é verdade, é verdade que esse é um drama nacional, mundial, que chega às pequenas cidades do interior de todo o Brasil, e nós precisamos tomar posições sobre isso. Da mesma maneira que eu tenho clareza de ser contra a redução da maior idade penal, contra uma lei antiterrorismo, porque nós já temos leis que sobejamente dão conta de eventuais delitos — não aceito a criminalização dos movimentos sociais —, nós também temos que tomar uma posição clara — os



movimentos sociais, o setor da especialização, da luta pela erradicação do trabalho infantil e da defesa da saúde da criança e do adolescente — sobre o que fazer com o menor que se encontra na rua, dependente de drogas. E essa é uma necessidade urgente. Nós ainda não demos, como sociedade, conta da sua solução.

São as minhas opiniões a serem incluídas nesta nossa audiência.

Eu passo a palavra para a nossa Deputada Iara Bernardi.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Eu também queria agradecer a todos que nos acolheram aqui hoje, Deputada Alice, os Deputados Estaduais, o Ministério do Trabalho, a Procuradoria do Trabalho, todos que vieram aqui nos dar informações que serão levadas à CPI. Provavelmente, faremos na Câmara Federal uma nova audiência, inclusive com convidados daqui, que, espero, acatem o nosso convite.

Há muita coisa mesmo para se avançar. Essa questão que a Deputada Alice colocou aqui sobre crianças na rua e com dependência de drogas, ou vendendo ou trabalhando no tráfico, é uma realidade que se disseminou até em cidades bem pequenininhas do Estado de São Paulo, porque a gente nem imaginava que chegasse lá. O trabalhador rural também, para aguentar o trabalho pesado, chegou à droga. E essa é uma questão que leva à questão da criminalização e ao tratamento... O que fazer com essa criança que não é, no caso, um adulto, mas já está envolvida, vendendo a droga e a utilizando?

E também a questão... V.Exa. tocou num tema importante. A cidade de Sorocaba, região da cidade de Sorocaba, de onde eu venho, era uma das regiões no Brasil que tinha o maior número de leitos psiquiátricos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - É verdade.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Uma corrente, um cinturão na minha região de Sorocaba e Sorocaba também de hospitais psiquiátricos. Isso deu muito lucro. Comentava-se lá que era mais lucrativo do que loteria você ter um hospital psiquiátrico. O tratamento era nenhum, os remédios de baixíssimo custo, para dopar o cidadão, e a internação e o leito recebendo do SUS.

E, dentro de um sistema, Deputada Alice, que nos acompanha aqui, que muitas vezes... V.Exa. tocou na questão do adolescente que sai da internação sem nenhum trabalho, sem nenhuma destinação no mundo do trabalho, ou às vezes nem



da área da educação... Que se destinavam menores da FEBEM, da antiga FEBEM, em São Paulo, para os hospitais psiquiátricos. Quando ele já completava a idade e não tinha o que fazer, era mandado lá para o interior, para a nossa região. Ficava internado nos hospitais psiquiátricos, sem ter nenhum problema psiquiátrico. É porque não tinha para onde mandá-lo. Não tinha família, não tinha documento, ou tinha perdido, ou às vezes tinha algum problema psiquiátrico. Então, era mandado para os hospitais — FEBEM e hospital psiquiátrico. Barbárie tem em todo lugar.

Nós vamos amanhã ao Rio de Janeiro para também ouvir as autoridades, sobre o que está sendo feito, com foco no carnaval, também na cidade do Rio de Janeiro, que, com certeza, vai engrandecer muito o resultado final, porque a CPI, depois, vai fazer sugestões concretas em relação a isso. Ela apura, ouve, traz dados — e nós estamos coletando isso — e terá que apontar resultados. Resultados não, ações concretas para o nosso País!

Então, agradeço muito por esta audiência aqui num período sei que muito confuso para a cidade de Salvador, mas que aconteceu e contribuiu bastante para o nosso trabalho. Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Obrigada, Iara. Eu vou passar... E vamos pedir, então, agora 3 minutinhos para cada membro da Mesa, para que possamos, de maneira mais rápida, nos transformar em sobreviventes do trânsito. *(Risos.)*

Dra. Teresa com a palavra.

A SRA. MARIA TERESA CALABRICH CAMPOS - Eu acho que o foco desta audiência é o trabalho infantil no carnaval. E, quando eu falei que não havia, que é residual o trabalho infantil no carnaval nos estabelecimentos, eu gostaria de fazer deixar claro isso.

Existem atividades que ainda são foco de trabalho infantil. No carnaval, especificamente, o que nós assistimos é o trabalho de crianças e adolescentes no setor informal, mas nós temos focos de trabalho infantil inclusive para adolescentes. E a questão da educação, em que a Deputada tocou, é um ponto crucial. A educação não está sendo atrativa para os jovens adolescentes. O maior percentual de evasão escolar é na faixa dos 14 aos 17 anos. A gente tem que perguntar o porquê disso? Nós estamos pecando na qualidade da educação e estamos pecando



numa educação na qual o adolescente se pergunta para que estou estudando isso. Então, temos que ser mais práticos e vincularmos a qualidade da educação, contextualizarmos a educação desse adolescente, para que ele possa realmente usufruir...

Quando falamos em trabalho infantil — e estou pensando nesta CPI do Trabalho Infantil com uma atuação muito mais ampla do que no carnaval —, nós temos que falar em educação em tempo integral, nós temos que falar em creche e temos que falar em fortalecimento da rede de proteção da criança e do adolescente. Nós criamos uma rede linda — e é linda, realmente. Se a gente parar para pensar no sistema de garantias de direitos que este País teve capacidade de criar, a gente tem que botar isso para rodar, para funcionar do jeito que tem que funcionar.

Por exemplo, o Deputado Álvaro tocou no aparecimento dessas associações, de antigos comissários de menores. Isto é uma calamidade, a meu ver, e é um perigo. Quando a gente fala em sistemas de garantias de direitos, nós temos a figura do conselheiro tutelar, e a ele compete essa guarda e essa garantia desses direitos primordialmente. E essas associações surgem de forma perigosa, porque nós não sabemos se eles são... se a intenção é garantir os direitos ou se a intenção é excluir ou impedir que aquele adolescente ou aquela criança frequente, por exemplo, um *shopping center*, como muitas vezes estão presentes essas pessoas dessas ditas associações em *shopping centers*. Não sei o rolezinho, mas prestando serviços... A quem estão prestando serviços e qual é o objetivo desses serviços?

Então, a gente tem que pensar em trabalho infantil, pensar em capacitação dos adultos dessas famílias. Nós temos um passivo de adultos sem capacitação para o trabalho e que precisam de um apoio do Governo nesse sentido. Nós temos crianças que estão se evadindo, saindo das escolas. E temos que repensar essa escola. Nós temos também um passivo de criança já neste mundo do trabalho. E como é que a gente pode trazer essas crianças para um... Eu chamo criança todo mundo que tem menos de 18 anos, viu? Porque... Todo mundo acha que o trabalho infantil é só de criança, e não é, é criança e adolescente. O adolescente pode trabalhar com 16, mas não é em qualquer atividade e não é em qualquer situação, com 16 e com 17.



E um dos caminhos que eu acho que a gente poderia trilhar seria a aprendizagem, e aprendizagem no setor público. Nós cobramos das empresas do setor privado a absorção de jovens e a capacitação desses jovens para o mundo do trabalho, mas o setor público está isento disso. Então a gente tem que repensar isso. Será que não seria importante termos aprendizagem no setor público...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Com a ressalva do Poder Legislativo. Aqui tem, na Câmara...

A SRA. MARIA TERESA CALABRICH CAMPOS - Sim, com a ressalva do Poder Legislativo. Nós não temos no Judiciário, não temos no Executivo, e é uma forma de você capacitar esse jovem que está numa situação mais vulnerável e numa situação onde até não é... sem condições de ser absorvido por uma empresa privada. Nós não podemos determinar que aprendiz é aquele, mas podemos absorver esse jovem e tentar trazê-lo para o mundo da qualificação, para o mundo do crescimento profissional por meio da aprendizagem. E creche, creche, creche mesmo, porque pai e mãe tem que trabalhar, mas tem que ter onde colocar seu filho para poder ir trabalhar com segurança, com tranquilidade. A mãe que começa a levar o menino de 2, 3 anos para trabalhar com ela, ela está levando para trabalhar com ela mesmo. Ela não está levando ele para trabalhar no primeiro momento, porque ela não tem lugar para colocar essa criança. A classe média paga a babá, mas a pobre não tem dinheiro para pagar uma babá. Então ela tem que levar seu filho para o posto de trabalho dela, que normalmente é uma banquinha, alguma coisa. E ele está lá e ele vai aprender. É assim que começa o trabalho infantil, principalmente no setor informal, não é porque a mãe quer explorar aquela criança, é porque ela não tem lugar para deixar o seu filho. Então ela leva e a partir daí... Toda a história começa com um conto, e cada conto aumenta um ponto, e é exatamente isto que acontece. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Muito obrigada, Dra. Tereza Calabrich, Coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e Presidenta do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente — FETIPA.



Eu quero, por sinal, deixar recomendado à Deputada Iara que a CPI requisiite a Dra. Isa, que Tereza vá lá levar essas experiências da DRT, da Superintendência para a Comissão. Acho que é muito rica a sua vinda aqui.

Muito obrigada.

Passo imediatamente a palavra para a Dra. Isa Maria Lelis Costa Simões, Delegada Regional do Trabalho, Superintendente Regional do... Mudou o nome, não é? Para mim é delegada ainda, Superintendente Regional do Trabalho, e aí de quem não escute a mediação dela na relação patrão/empregado na Bahia! A Dra. Isa é uma grande parceira do mundo do trabalho.

A SRA. ISA MARIA LELIS COSTA SIMÕES - Eu queria reforçar o que a Alice disse aqui. Toda vez que nós discutimos a questão do trabalho infantil, a conclusão de todos é que esta erradicação só ocorrerá quando nós tivermos todas as nossas crianças e adolescentes na escola. Dessa nossa experiência de acompanhar os meninos de rua, na fiscalização, o que nós detectamos é que quando a criança vai trabalhar na rua, ela fica exposta, sem proteção e é uma presa fácil tanto para a droga como para a prostituição infantil. Isto é o que nós temos que pensar e passar a fazer uma conscientização maior. As pessoas que estão ao nosso lado, às vezes na sua grande maioria, se contrapõem as nossas ações, achando que nós estamos contribuindo para que as crianças fiquem fora da escola e trabalhando, e justificam isso como uma coisa que é necessária. Então, essa consciência, primeiro, de nós próprios nos indignarmos em ver uma criança na rua, não dar a ela um trocado ou comprar na mão, porque, com certeza, essa nossa ação individual vai reforçar a ação coletiva.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Obrigada, Dra. Isa.

Tem a palavra a Dra. Virginia Senna, Procuradora Regional do Trabalho, para suas considerações finais.

A SRA. VIRGINIA SENNA - Eu gostaria de pontuar um trabalho aqui para conhecimento de todos e da Deputada Iara a respeito dos cordeiros que trabalham durante o carnaval.

Eu, em primeiro lugar, quero dizer que o formato, Deputada, do carnaval aqui na Bahia tem que ser revisto, porque, quando se chega no carnaval, a gente vê que



Salvador é uma cidade partida, dividida. O carnaval exclui, é excludente, é um verdadeiro *apartheid*. Mas a gente tem que enfrentar as situações desse *apartheid*, procurar minimizar os impactos.

Então, em 2006, nós aqui — eu também estava à frente na época — construímos um Termo de Compromisso, de Ajustamento de Conduta, com os cordeiros, para proteger os cordeiros, termo esse que foi firmado com os blocos de trios e o blocos afros. Neste Termo, é claro, está expressamente vedado o trabalho de crianças e adolescentes menores de 18 anos, e proteção no que diz respeito a uniforme, à uniformização, ao sapato, à alimentação, ao direito de se afastar do trabalho para ir ao banheiro, às questões todas voltadas para a preservação da integridade física, da saúde dessas pessoas.

Falar em cordeiro... Para mim já é uma violência a existência de cordeiros, ver aquilo é realmente impactante, é um pacto triste ver que aquelas pessoas ficam ali segurando as cordas o tempo inteiro, um trabalho realmente degradante, uma precariedade absoluta. Mas fizemos isso, até via convite da Superintendência Regional do Trabalho, e este Termo vem sendo melhorado a cada ano. É uma notícia que... Eu não sei como isso ocorre em outros Estados. É preciso, portanto, rever, em primeiro lugar, o formato do carnaval. Esta é uma questão.

A outra é que eu queria também pontuar que na última reunião do FETIPA, na quarta-feira, nós agendamos uma reunião extraordinária para tratar exclusivamente dos Conselhos Tutelares. A Deputada Alice falou muito bem a respeito disso. Os Conselhos estão desestruturados, não estão devidamente equipados. Até na fala do Governador, na terça-feira, quando do lançamento da campanha estadual e também nacional em defesa das crianças e adolescentes contra o trabalho infantil e a exploração sexual, ele falou que já teria equipado esses Conselhos, mas na reunião nós vimos que, talvez, isso não seja exatamente como tenham passado para ele. A gente vai fazer essa reunião para tratar exatamente desse tema, o que está faltando, o que está precisando, inclusive a capacitação dos conselheiros. Também é uma política que o Ministério Público do Trabalho vem adotando: a capacitação dos conselheiros tutelares. Nós temos inclusive cartilhas moldadas para essa capacitação. E também falando — o Deputado colocou aqui — do trabalho da FUNDAC, a necessidade, talvez, até da implosão desse prédio aqui em Salvador.



Eu gostaria até... Já pedi aqui ao Deputado que me encaminhasse esse relatório, para fazer também o encaminhamento ao Conselho Nacional do Ministério Público, para denunciar essa situação.

Vindo para cá, ouvi o Secretário de Estado de Comunicação, Robson Almeida... Ele falando... Achei interessante até a expressão que ele usou “multinacional das drogas” infiltrada também aqui na Bahia e em Municípios longínquos, onde há pouco tempo não existia isso.

Então, esse programa que nós temos aqui na Bahia é muito interessante também. A CPI poderia aproveitar para anunciar esse... Não sei se isso está acontecendo em outros Estados, mas o aprendizado na medida, voltado para esse público que está cumprindo medidas socioeducativas em sistema fechado, em regime fechado. E nós temos também esse programa, Deputado — o Deputado deve saber, com certeza —, para aqueles que também estão cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto.

Na semana passada, na quinta-feira, tivemos a diplomação de aprendizes, e eu pude ter a alegria de ver alguns aprendizes que foram ali e já receberam contratação de empresas. Eu coordeno a CORDINFÂNCIA, a Coordenação de Defesa de Crianças e Adolescentes no âmbito do Ministério Público do Trabalho na Bahia. Participo também de outras coordenações, não como coordenadora, de combate ao trabalho escravo, de defesa do meio ambiente, do trabalho e de combate às fraudes. Estou às ordens lá no Ministério Público do Trabalho, na Avenida 7 de Setembro, no Corredor da Vitória.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Tem a palavra o Deputado Yulo.

O SR. YULO OITICICA - Só para chamar a atenção, porque já foi colocado, que é fundamental a articulação de redes de direitos. Esta é a questão central, seja na política de assistência social, seja quando se trata de direitos de criança e adolescente. A sua conterrânea, Deputada Iara, a Profa. Sposati, fala que o maior desafio da democracia é a intersetorialidade das políticas, e nós percebemos isso na gestão. A articulação entre secretarias, articulação entre as instâncias é muito difícil ainda por conta de uma série de vaidades que acabam tomando conta disso e



atrapalha essa articulação de rede. É fundamental que se dê essa intersectorialidade, eu não tenho nenhuma dúvida disso.

Eu, obviamente, quero também chamar a atenção aqui para essa cena medieval que a gente ainda vê aqui, que são os cordeiros e aquela guerra brutal de defesa dos que têm dinheiro para pagar o bloco e aqueles que não têm dinheiro para pagar o bloco. O negócio...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. YULO OITICICA - Pois é, pois é, aproximadamente 60 mil cordeiros. E olha que eu sou adepto de Caetano e acho que também atrás do trio elétrico só não vai quem já morreu. Eu também estarei atrás do trio elétrico. Mas eu não tenho dúvida de que a alegria não rima com ausência de direito, com tirania, nem com nenhum tipo de violência. Se nós não somos, e não somos de fato felizes, é para sermos que nós lutamos. E eu não tenho dúvida de que eu só serei feliz quando a gente tiver a garantia de direitos diferentes para os diferentes, e aí uma sociedade de iguais.

Eu quero, com isso, Deputada Alice, parabenizar o trabalho importante dessa CPI, a luta pelos direitos humanos, e certamente aí V.Exa. e a Deputada Iara conduzem com tantos outros companheiros e companheiras tão bem na Câmara Federal. Paulo Freire dizia que amar é sobretudo uma atitude de muita coragem. Portanto, que Deus continue dando muita coragem a todos vocês!

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Muito obrigada, Yulo.

Tem a palavra o Deputado Álvaro Gomes para as suas despedidas.

O SR. ÁLVARO GOMES - Acho importante, muito produtivo aqui esta ação da CPI do Trabalho Infantil. Evidente que nessa questão nós precisamos combater de forma emergencial, mas fica claro para todos nós que é importante, é fundamental um trabalho mais estrutural na questão das creches, na questão do ensino em tempo integral, na questão das próprias condições de vida das pessoas.

A Associação dos Defensores Públicos trouxe aqui para um debate, na discussão, na campanha que eles fizeram pela ressocialização, trouxe um ex-detento que foi condenado, acho, a 100 anos de prisão por crime hediondo, e ele conseguiu se recuperar, passou no vestibular de Direito da PUC, salvo engano, em



primeiro lugar. É uma historia longa e até interessante. Talvez um em mil, em 10 mil, em 100 mil. Conseguiu passar no vestibular e conseguiu se recuperar. Hoje é um escritor, faz palestra, conseguiu se recuperar. E tudo começou na infância exatamente, quando criança, uma criança inocente que saiu para fazer seus bicos, pedir coisas na rua, de repente foi preso, condenado, depois, virou assaltante de banco, aí foi condenado por crime hediondo, foi levando e tal. Nessa confusão toda, ele terminou conseguindo se ressocializar e virar um escritor. Hoje é uma pessoa... A Associação dos Defensores o trouxe para fazer uma palestra. Eu me esqueci do nome dele. É uma história muito interessante e que mostra a capacidade do ser humano. Não sei se é Luiz Alberto. Eu me esqueci do nome dele. Mas ele hoje é escritor, faz palestra e tal.

Então, tudo começa na infância. Se você não tem o suporte... Às vezes, as crianças não têm os pais, simplesmente não têm os pais. E, às vezes, têm os pais, mas é como se não tivessem os pais, porque os pais não têm suporte, os pais têm que trabalhar, os pais também estão passando por uma situação de extrema dificuldade, necessitando de apoio. Então, ou se resolve esse problema mais estrutural, ou nós não vamos conseguir resolver essa problemática da criança e do adolescente. É evidente que nós não vamos esperar chegar esse momento de resolver todos os problemas estruturais para pontualmente pegarmos as questões emergências, as questões concretas, que estão acontecendo ali, no dia a dia, no cotidiano. Mas a gente tem que pensar mais à frente, resolver esse problema emergencial, imediato. É função talvez desta CPI, e tentar também pensar mais à frente para que a gente possa ter uma sociedade com paz e justiça social. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Muito bem, Álvaro, eu agradeço.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a todos os que acorreram a essa Mesa. Nós tínhamos a pretensão de que seria absolutamente enxuta, aliás, despretensiosa, e acabou sendo uma reunião da mais alta qualidade.

Quero agradecer penhoradamente a todos os que estiveram presentes e reiterar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Com certeza, Yulo e Álvaro cumprindo a cota de homens à Mesa. A lara, aliás, já havia perguntado por que as mulheres, as Deputadas e especialistas profissionais e as servidoras graduadas são em maioria nesses debates? Não há dúvida: é porque essa cultura nos levou a cuidadoras. Somos as primeiras a acordar, as últimas a ir dormir e, sem dúvida, as mulheres meninas as mais acometidas no trabalho infantil. Remeto, inclusive, ao livro da nossa querida Marlene Vaz, iniciadora dessa discussão na Bahia, no campo a Sociologia e da Antropologia, onde ela relata o drama das meninas empregadas domésticas. Quantas famílias da Capital trouxeram meninas da roça para apenas olharem as crianças, e essas meninas nunca foram a escola, nunca foram à formação profissional e não tiveram direitos trabalhistas também? A maioria delas.

Nós estamos realmente acumulando vitórias, nós somos hoje a geração que garantiu a profissionalização do empregado doméstico. Oito milhões de trabalhadores no Brasil, festejado pela Presidente Dilma. Pela primeira vez, temos uma juíza do Tribunal Superior do Trabalho que foi uma dessas meninas. A Ministra Delaíde é uma ex-menina empregada doméstica. Isso chamou a atenção, porque ela foi à OIT recentemente, fazer uma palestra e ser homenageada. E os europeus quiseram ver se era verdade que uma menina que saiu da zona rural para ser tomadora de conta de crianças virou Ministra do Tribunal Superior do Trabalho —do Estado de Goiás, a Dra. Delaíde. Então, eu creio que esse trabalho está colhendo frutos. Já estamos colhendo frutos. Se ainda temos a contemporaneidade do navio negreiro nos cordeiros, essa minimização radical que o Ministério Público do Trabalho e que a Superintendência Regional do Trabalho realizam, sem dúvida, dará em dias melhores para essas pessoas do povo que vão buscar uma renda complementar nessa atividade. Mas é o que nós enxergamos, é a reprodução contemporânea de navios que andam com a elite ao centro e o povo na borda, o povo na periferia. E navio negreiro já era, não é, Deputado Yulo? Então, nós, de fato, temos frutos a colher. Não há dúvida de que no carnaval as coisas exacerbam.

Eu quero agradecer a todos, à equipe da Câmara dos Deputados, à equipe da Assembleia Legislativa da Bahia, aos Assessores Parlamentares aqui presentes, aos familiares também de assessores, à filha e neta de Souza, que veio nos



prestigiar desde a primeira hora aqui no nosso debate, à galera da universidade, aos estudantes, homens e meninas aqui presentes, e dizer que, de fato, cumprimos o objetivo hoje. Vocês tiveram oportunidade de conhecer de perto a Deputada Iara Bernardi, uma das referências na luta feminista no Brasil. A Deputada Luciana Santos me nomeou Relatora *ad hoc*, e a Taquigrafia registrou e recebeu todos os documentos aqui citados, lidos ou referidos. A Presidenta da Comissão, Deputada Sandra Rosado, que pede desculpas pela ausência, receberá todas essas informações e relatos aqui hoje passados nesta pequena reunião da CPI de combate ao trabalho infantil, pela erradicação do trabalho infantil da Câmara dos Deputados.

Está encerrada a sessão.

Muito obrigada a todos e a todas. (*Palmas.*)